

Relatório e Contas
2017



“

Apesar do aumento sustentado da produção, o acesso a eletricidade continua a ser uma das principais barreiras à prosperidade económica em África. Esta joint venture desempenhará um papel importante na redução dessa lacuna.

”

Andrew Alli,
Presidente e CEO da AFC,
referindo-se em janeiro de 2018 à joint
venture que constituiu a grande empresa
de eletricidade africana, Anergi
(Edison Energy Asset Company)

Índice

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
1.1. Mensagens da PCA e do Administrador Delegado	05
1.2. 2017 em Números	09
1.3. Cabeólica em Resumo	10
Visão, Valores e Principais Marcos	10
Governo da Sociedade	11
1.4. Enquadramento Económico	16
1.5. Desempenho da Cabeólica em 2017	18
Infraestruturas	18
Desempenho Operacional	18
Desempenho Comercial	20
Desempenho Financeiro	21
Gestão de Recursos Humanos	22
Responsabilidade Ambiental e Social	24
1.6. Perspetivas	25
Eventos Subsequentes	25
Evolução Previsível da Atividade	25
Agradecimentos	25
1.7. Proposta de Aplicação de Resultados	26
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
2.1. Balanço	28
2.2. Demonstração de Resultados	29
2.3. Demonstração de Alterações do Capital Próprio	30
2.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	31
2.5. Anexo	32
3. RELATÓRIOS DO AUDITOR E DO FISCAL ÚNICO	
3.1. Relatório do Auditor Independente	45
3.2. Relatório e Parecer do Fiscal Único	48



1. Relatório do Conselho de Administração

Mensagens da PCA e do Administrador Delegado

Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Iniciámos a função de Presidente do Conselho de Administração da Cabeolica nos meados do ano de 2017, mas não deixa de ser com enorme satisfação e orgulho que assumimos a apresentação do Relatório e Contas da empresa relativos ao exercício de 2017, agrado reforçado também pelo facto de termos contribuído para a criação desta estimada empresa. Assim, e na senda do balanço, correspondente aos primeiros 5 anos de operação contínua dos 4 parques eólicos da empresa, feito no relatório do ano de 2016, temos a destacar que foi mais um ano em que a empresa consegue anunciar continuidade de desempenho global com resultados satisfatórios e muito encorajadores. Em finais de março do ano transato, dado que tinha fechado um ciclo de 5 anos sempre a produzir energia limpa, fiável e de qualidade, a Cabeolica entendeu oportuno realizar uma Conferência Internacional de alto nível, subordinada ao tema: “- Modelo de PPPs e a Contribuição da Cabeolica na prossecução dos objetivos de Cabo Verde para as energias renováveis”, evento que objetivou: (i) celebrar o Vº Aniversário da empresa, um marco histórico que convinha destacar; (ii) também contar um pouco da sua história; e, (iii) manter os seus principais parceiros neste negócio informados dos sucessos e desafios do percurso já realizado no desenvolvimento da atividade de produção de energia eólica em larga escala no país.

Com efeito, a empresa conseguiu ter juntos os stakeholders principais (Administração do Estado; Empresas do ramo; Regulador, Acionistas/Investidores; Financiadores), com o objetivo de auscultar a apreciação que fazem da estratégia perseguida e da consolidação conseguida pela empresa na produção de eletricidade e no tecido empresarial nacional.

Ficou evidenciado que o sucesso da empresa tem acontecido, em muito, devido ao seu forte comprometimento com a produção de energia segura e sustentável, que por sua vez contribuiu para o reforço e melhoria da capacidade de produção de eletricidade no país, aumentando a penetração de energias renováveis na matriz energética, em consonância com as orientações de política energética do país, e em estrito cumprimento das obrigações ambientais a que está sujeita. Ficou ainda demonstrado e reforçado que a empresa também tem sabido zelar pela sua viabilidade comercial e pela sua integridade financeira, apresentando resultados satisfatórios, a corresponder com as expectativas do sector energético do país e a criar valores para os seus investidores/acionistas.

A empresa tem conseguido adicionar mais valias ao mercado energético do país; assegurar capacidade para cumprir com as inúmeras responsabilidades; proporcionar retorno



adequado aos investidores; e, passar a ser um ponto de referência para novas iniciativas a nível das energias renováveis no país e no exterior, nomeadamente na sub-região. O excelente desempenho da empresa foi notado e comunicado pelos seus stakeholders, como evidenciam as visitas que recebeu de delegações nacionais e estrangeiras.

2017 foi também um ano de alterações a nível do Conselho de Administração da empresa, em que os Investidores procederam à substituição de parte significativa dos Administradores. Queremos aqui relevar o facto de muitos desses Administradores terem trabalhado na criação da empresa, na qualidade de históricos representantes dos investidores, por terem abraçado o projeto desde a sua fase inicial de concessão e desenvolvimento, às fases de construção e operação comercial, e contribuído, com profundo conhecimento técnico, vasta experiência e muita persistência, para o sucesso operacional alcançado pela empresa. Referimo-nos a Batchi Baldeh, ex PCA e representante da AFC; Helena Teppana, Administradora e representante da Finnfund; Tariye Gbadeguesin, Administradora em representação da AFC; Abraão Lopes, Administrador em representação do Governo, e Taiwo Adeniji, representante da AFC, embora este último tenha passado a fazer parte do conselho de administração alguns anos depois da empresa ter sido criada.

A todos endereçamos uma palavra de reconhecimento e de agradecimento pelo serviço prestado e pela dedicação à empresa e pelos feitos conseguidos, e formulamos os votos de maiores sucessos no futuro.



..Edison Energy Asset Company (Anergi Asset Company), uma holding detida em 50% pela AFC e 50% pela Aldwych Holdings Limited cuja missão é a criação de um sector energético africano com robustez financeira, capaz de atacar e suprir as necessidades de energia elétrica do continente e de contribuir de forma significativa para o acesso dos africanos à eletricidade.



Durante o ano transato foi também concretizada a transferência das participações na sociedade pertencentes à AFC e AFC Equity Investments, uma subsidiária detida em 100% pela AFC, para a Edison Energy Asset Company (Anergi Asset Company), uma holding detida em 50% pela AFC e 50% pela Aldwych Holdings Limited cuja missão é a criação de um de um sector energético africano com robustez financeira, capaz de atacar e suprir as necessidades de energia elétrica do continente e de contribuir de forma significativa para o acesso dos africanos à eletricidade.

Outro importante desenvolvimento desse ano foi o acordo entre os Investidores para reduzir a taxa de escalonamento anual a aplicar às tarifas, nos termos do previsto no PPA, a partir de 1 de janeiro de 2017. Essa decisão foi tomada a pedido do Governo de Cabo Verde e da Electra, e seguiu um processo de ampla consulta entre investidores, credores e a empresa. Uma decisão similar foi tomada pelos investidores em 2016, mas a decisão deste ano abrange um horizonte de longo prazo. Contudo, essa decisão fica ainda sujeita à satisfação de algumas condições prévias, a serem acordadas entre os principais parceiros. Entretanto, e conforme estipulado no CTA, a efetiva aplicação da taxa reduzida apenas poderá acontecer após a obtenção do consentimento dos Financiadores.

Com essa medida, de positiva implicação tarifária, a empresa demonstra o seu compromisso em trabalhar com os parceiros na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento do negócio, bem como em benefício das partes contratantes, dos consumidores de eletricidade no geral e da economia do país. Esta medida revela igualmente, o comprometimento da empresa para com as boas práticas na produção e comercialização de energia eólica e no aumento da incorporação de renováveis no consumo de energia elétrica. A Cabeólica mantém-se, assim, firme e determinada em continuar a corresponder, na plenitude e de forma satisfatória, às expectativas e às exigências contratuais para o fornecimento de energia às redes de eletricidade.

Manifestamos ser ainda gratificante sublinhar que os resultados satisfatórios de 2017 foram conseguidos, como vem sendo hábito, num contexto de escrupuloso respeito pelas regras e pelo cumprimento dos parâmetros ambientais es-

tabelecidos, mas também de procedimentos de segurança de pessoas e bens, o que leva a empresa a reportar mais um ano isento de qualquer incidente ou acidente no exercício da atividade. Continuaremos a analisar os programas nas áreas de responsabilidade social, de biodiversidade e de educação para o ambiente, que possuem o potencial de reforçar ainda mais a empresa e cujos resultados no passado têm sido encorajadores.

Nessa responsabilidade de conduzir os mais recentes destinos da empresa temos logrado contar com a colaboração de uma equipa dinâmica e muito empenhada, pelo que aproveitamos da ocasião para também reconhecer e agradecer a enorme contribuição que temos recebido desses colegas da Administração. Estendemos ainda o nosso reconhecimento e agradecimento aos acionistas, aos financiadores, aos parceiros e prestadores de serviços e a toda a equipa de gestão pelo enorme apoio e dedicação.

Continuaremos fortemente apostados num futuro promissor para a empresa e para o país.

Kudzayi Hove

Presidente do Conselho de Administração

Mensagens da PCA e do Administrador Delegado

Mensagem do Administrador Delegado

O ano de 2017 revelou-se de efetiva retoma do crescimento económico do país, embora ainda considerado moderado, com o PIB a crescer em cerca de 4%, conforme dados trazidos a público por meios oficiais, tendência de aceleração da economia que já vinha sendo verificada desde os finais do ano de 2016, quando rondava os 3,8%, impactado por evidente recuperação de atividades económicas. Esse facto terá influenciado incremento na procura de eletricidade, embora ainda modesto. A principal razão desse crescimento é atribuída ao incremento das atividades ligadas ao turismo, atividade económica muito promissora e na qual tem sido feito a grande aposta para o desenvolvimento económico do país. Em sentido contrário, foi um ano de seca extrema, dado que o período normalmente considerado de chuvas, que é coincidente com o período de menores ventos (meados de junho a princípios de outubro), foi despojado de qualquer pluviosidade, resultando em enorme escassez de água, com efeitos desastrosos para a agricultura e a criação de gado e, exigindo recursos financeiros públicos suplementares para acudir às situações mais críticas.

No entanto, e não obstante a procura de eletricidade ter experimentado crescimento, o volume de negócios da empresa observou apenas um aumento muito ligeiro em relação a 2016. Esse crescimento mínimo traduz, essencialmente, a estabilidade dos níveis de produção de energia eólica, devido aos ventos menos favoráveis verificados em alguns meses tradicionalmente ventosos do primeiro semestre do ano, pese embora a relativa melhoria no segundo semestre, mas também às limitações de potência eólica impostas pelo Off-taker e que continuaram a ter um peso significativo, com destaque, e conforme tem sido reportado, para o caso da ilha do Sal.

Efetivamente, ao longo do ano de 2017 os 4 parques eólicos produziram e entregaram à rede de distribuição de eletricidade cerca de 75.300 MWh, valor sensivelmente igual à quantidade entregue no ano de 2016. Em termos operacionais continuou-se a verificar decréscimos no nível de contribuição da energia eólica no mix de produção de eletricidade nas 4 ilhas. A quota de incorporação de energia eólica passou a ser de 17% em 2017, abaixo da média dos últimos anos de aproximadamente 20%. Nesses termos, calcula-se que para responder ao crescimento da procura de eletricidade terá havido maior recurso aos meios convencionais de produção. A opção pela maior utilização da energia de origem térmica estava sendo suportada e encorajada, desde meados de 2015, pelas circunstâncias de preço baixo do barril de petróleo nos mercados de referência. No entanto, convém ressaltar que o preço do petróleo e seus derivados esteve numa tendência altista durante todo o ano de 2017, situação que tende a repor



a competitividade das energias alternativas em relação à energia convencional, e que levará, certamente, a um novo redirecionar para maior utilização das energias renováveis.

Santiago foi a ilha que mais contribui para a redução da taxa de penetração de eólica, mas Sal manteve-se como a ilha com o mais elevado desperdício de energia eólica disponível. Todavia, e mesmo em circunstâncias em que a energia total disponível no ano de 2017 foi 5% inferior ao ano de 2016, o total da energia eólica disponível não utilizada rondou, em média, os 25%, inferior aos 28% de 2016, demonstrando maior eficiência na utilização. Santiago continua sendo a ilha com melhor aproveitamento, cerca de 98%, o Sal com o pior 54%, e S. Vicente, com 70%, melhorou significativamente, sobretudo no segundo semestre.

Em termos de garantia de manutenção e de disponibilidade dos parques eólicos realçamos que a partir de 1 de janeiro de 2017 deu-se início ao período de extensão do contrato de prestação de serviços de manutenção e de disponibilidade dos parques eólicos, por um período adicional de 7 anos. A extensão do contrato de SAA assinado com a Vestas deveu-se a uma preferência permitida nos termos do contrato inicial de 5 anos, tendo para o efeito contado com o consentimento dos Financiadores. A extensão do SAA confirma a confiança da empresa no desempenho eficiente e profissional do prestador de serviços, a Vestas. De referir ainda que a aposta na continuidade no prestador de serviços foi solidificada também pelos registos de altas taxas de disponibilidade de todos os aerogeradores insta-

lados nos parques eólicos, taxa que tem estado superior aos 99%, em média, por ano e por parque.

Foi igualmente o primeiro ano de operação após o término, no final de 2016, das garantias relativas à boa execução de todas as obras de construção civil nos parques eólicos. À semelhança do que foi verificado no período de cinco anos coberto pela garantia, não se registou qualquer incidente assinalável, o que vai confirmando a robustez das obras realizadas. Por seu turno, no início do ano a Vestas conseguiu concluir a instalação do Met Mast (MM - mastro meteorológico) da Boa Vista, terminando a renovação dos MMs dos 4 parques, à exceção do MM de Santiago que, devido a desencontros havidos entre a Vestas e a empresa que subcontratou para o fornecimento e instalação da torre meteorológica, viu a instalação adiada para início de 2018. A instalação dos novos MMs, cujo processo de substituição foi motivado por acentuada corrosão nos mastros inicialmente instalados, deverá ficar concluída no 1º trimestre de 2018, com a conclusão da instalação em Santiago.

Em termos de relação com parceiros e prestadores de serviços a empresa continuou a privilegiar a aproximação e o diálogo e a procurar honrar todos os seus compromissos nos prazos estabelecidos, com destaque para as responsabilidades legais e fiscais e, a garantir os padrões de qualidade e de eficiência perante o comprador. As relações técnicas e comerciais com o comprador, a concessionária do serviço público de transporte e de distribuição de energia elétrica, Electra SARL, foram mantidas a um nível muito satisfatório. Com efeito, as concertações periódicas entre as duas empresas para afinação de procedimentos e estratégias de interesse comum; as trocas regulares de informações técnicas; o fornecimento periódico de reportes sobre eventos de redes, contribuição da Cabeólica para um melhor controlo e gestão das redes, com efeito na redução da frequência e tempo de eventos nas redes de distribuição de energia elétrica das 4 ilhas; e, sobretudo, o facto de não ter havido qualquer recurso à garantia bancária por incumprimento de carácter financeiro durante todo o ano, foram igualmente fatores de reforço de maturidade operacional e comercial e, de confiança entre as duas empresas.

Manter a segurança de pessoas e bens nos 4 parques eólicos a nível máximo foi sempre um imperativo para a empresa, pelo que regozija-se de continuar a anunciar mais um ano isento de acidentes ou incidentes. Da mesma forma, a empresa atribui particular atenção ao programa de conservação da biodiversidade e de educação ambiental, programas que estão dando frutos e que, estamos convictos, trarão benefícios no futuro. O plano de monitorização ambiental foi seguido em todos os detalhes.

Destacamos ainda o esforço de financiamento realizado pela empresa na construção de Ecopoints nos 4 parques, infraestruturas cuja necessidade se fazia sentir para responder ao desafio de armazenamento de resíduos resultantes da operação dos parques e de derivados das manutenções, mas também de peças de reserva para garantia de cabal cumprimento do plano de manutenção anual, conforme programado pela prestadora de serviços.

O resultado líquido alcançado pela empresa no ano de 2017 registou um acréscimo assinalável em relação a

2016. Todavia, esse resultado não é justificado pela evolução das vendas, que apenas registaram ligeiro aumento, mas pela redução de custos verificado no período, mormente com os encargos financeiros.

Algumas novidades inovadoras foram, entretanto, anunciadas pela administração do sector energético, com destaque para a preparação do Plano Diretor para o Sector Eléctrico, que devia ter sido concluído e apresentado em finais de 2017, mas que deverá ser apresentado em março/abril de 2018. Esse instrumento deverá definir algumas modalidades de concurso para o fornecimento de potência adicional à concessionária. A Cabeólica já tinha manifestado interesse numa eventual extensão da capacidade instalada no parque da Praia e vai manter-se expectante quanto às oportunidades de investimento que possam aparecer. Entretanto, continuará comprometida com a procura de soluções para um melhor aproveitamento da energia eólica disponível, aspeto que considera ser de interesse para a empresa e para o país. A empresa tem ainda ativamente participado no processo de instalação e de desenvolvimento de um centro de despacho centralizado da concessionária, que espera ser uma mais valia para a otimização do sistema, a entrar em operação num futuro muito próximo.































É com particular orgulho que destacamos, a somar aos prémios que a empresa tem vindo a receber de entidades e instituições nacionais e estrangeiras e, a referir ao longo dos anos de operação comercial, um novo prémio, atribuído à Cabeólica, em 2017, pela organização do evento ilhas inteligentes, nas ilhas Canárias – Espanha.

Por último, aproveitamos o ensejo para agradecer a contribuição dedicada, responsável e muito profissional de toda a equipa da Cabeólica, o apoio e encorajamento dos órgãos sociais da empresa e a colaboração dos nossos parceiros.

Antão Fortes
Chief Executive Officer

2017 em Números

PRINCIPAIS INDICADORES

Operacional		2016		2017	
	Capacidade Instalada (MW)	25,5		25,5	
	Energia Produzida / Disponível (%)	72%		75%	
	Taxa de Penetração Estimada (Cabo Verde)	20%		17%	
	Velocidade Média do Vento (m/s)	9.1		8.9	
	Produção (MWh)	75 426		75 291	
Financeiro	Vendas (mESC)	1 180 223		1 182 978	
	Resultado Operacional - EBIT (mEsc)	619 068		624 547	
	Resultado Líquido do Período (mESC)	144 530		177 869	
	Rácio Cobertura do Serviço da Dívida*	1.90		1.82	
	Prazo Médio de Cobrança (dias)	42		42	
	Multas/Defaults Contratuais (número)	0		0	
Ambiental & Social	CO2 Equivalent Evitados (toneladas)	51 429		51 473	
	Acidentes de Trabalho Envolvendo Saúde (número)	0		0	
	Formação para Colaboradores (horas)	315		228	
	Programas de Estágio (dias)	5		6	

Cabeólica em Resumo

Visão, Valores e Principais Marcos

VISÃO

Ser uma empresa de excelência e de referência nacional e internacional no sector das energias renováveis, criando valor para os seus stakeholders e fortemente comprometida com a sustentabilidade.

VALORES

- **Sustentabilidade**
promovendo melhoria na qualidade de vida.
- **Profissionalismo**
na prestação de serviços.
- **Ética e Integridade**
na condução dos negócios.
- **Responsabilidade Social**
promovendo a educação para um mundo sustentável.
- **Paixão pela energia limpa.**

PRINCIPAIS MARCOS

2008 Assinatura de uma inovadora Parceria Público-Privada (PPP) entre a InfraCo Africa Limited, o Governo de Cabo Verde e a concessionária Electra SARL.



2009 A empresa Cabeólica, S.A. (Cabeólica) foi constituída para desenvolver, financiar, construir e operar quatro parques eólicos, dos quais também é proprietária.



2010 Africa Finance Corporation e o Finnish Fund for Industrial Cooperation passaram a participar na Cabeólica como parceiros estratégicos de referência e investidores maioritários.



Ainda em 2010, tendo sido garantidos os empréstimos a longo prazo do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Europeu de Investimento, a Cabeólica assinou um contrato de compra e venda de eletricidade (PPA) com o Off-taker, Electra, e contratos com a Vestas, para a construção dos parques eólicos (EPC) e a manutenção das turbinas (SAA).

2011 O financial close foi atingido e foram iniciadas as construções dos parques eólicos e concluídas em Santiago e São Vicente, com os respetivos certificados de takeover assinados no mesmo ano.



2012 Foi concluída a construção dos parques eólicos do Sal e da Boa Vista e assinados os respetivos certificados de takeover. A empresa alcançou pleno COD (Commercial Operation Date).



2013 A Cabeólica assinala o primeiro ano com todos os quatro parques eólicos em pleno funcionamento e torna-se na primeira empresa cabo-verdiana a registar o seu projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da UNFCCC.



2014 A empresa atinge o seu recorde contribuindo com cerca de 24% da eletricidade consumida em Cabo Verde, fazendo de Cabo Verde um dos países com a maior taxa de penetração de energia eólica no mundo.



2015 A Cabeólica procedeu pela primeira vez à venda de créditos de carbono (CERs).



2016 A participação na Cabeólica pertencente à InfraCo Africa Limited foi transferida à AFC EquityInvestments, subsidiária a 100% detida pela AFC, que, assim, consolida-se como investidor maioritário.



2017 As participações na Cabeólica pertencentes à AFC e à AFC Equity Investments são transferidas para a Edison Energy Asset Company, uma holding detentora de participações em empresas na área da produção de eletricidade em África e detida em partes iguais pela AFC e pela Aldwych Holdings Limited.



Governo da Sociedade

Em resultado da elevada reputação dos investidores e parceiros envolvidos, bem como dos valores e princípios sólidos partilhados pela liderança, a Cabeólica assume um compromisso forte com a ética, transparência e *accountability*, bem como em aplicar os mais altos padrões a nível de Governo de Sociedade.

A estrutura e o funcionamento da empresa são regulados pelo código das empresas comerciais, pelos estatutos e pelo acordo de desenvolvimento e investimento assinado entre os investidores. A gestão operacional da empresa e o sistema de controlo interno em vigor são guiados pelo manual de procedimentos internos, que estabelece as boas práticas para as principais áreas de atuação da empresa, bem como pelo código de ética aplicável a todos os colaboradores.

Em virtude do acordo assinado com os financiadores, a empresa está ainda sujeita ao *compliance* com um conjunto de regras rigorosas a nível de reporte de informação, mas também a nível da sua própria estrutura e funcionamento.

Por fim, em sintonia com as melhores práticas no sector e em particular a nível de PPPs e Project Finance, a empresa possui respostas estratégicas à gestão de risco nomeadamente importantes instrumentos contratuais em vigor, investidores institucionais transparentes e altamente experientes e uma atitude proativa por parte das estruturas de gestão e de fiscalização no sentido de identificação, reporte e mitigação dos principais riscos.

Investidores

→ EDISON ENERGY ASSET COMPANY

Edison Energy Asset Company, uma holding detentora de participações em empresas na área da produção de eletricidade em África, com uma capacidade instalada total de cerca de 1,8 GW e detida em partes iguais pela Africa Finance Corporation (AFC) e pela Aldwych Holdings Limited.

→ FINNFUND



Finnish Fund for Industrial Cooperation (Finnfund), uma instituição de financiamento de desenvolvimento industrial com sede na Finlândia e que possui como acionista principal o Estado da Finlândia.

→ ESTADO DE CABO VERDE



→ ELECTRA



Empresa de Electricidade e Água - ELECTRA, S.A.R.L.

Electra - Empresa de Eletricidade e Água, SARL (Electra, SARL), a empresa concessionária local e que possui como acionista principal o Estado de Cabo Verde.

Financiadores

→ BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO



Banco Europeu de Investimento (BEI), financiador de longo prazo do projeto.

→ BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO



Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), financiador de longo prazo do projeto.

Principais Parceiros

→ VESTAS



VESTAS, fabricante das turbinas eólicas e prestador de serviço de manutenção das mesmas.

→ ELECTRA

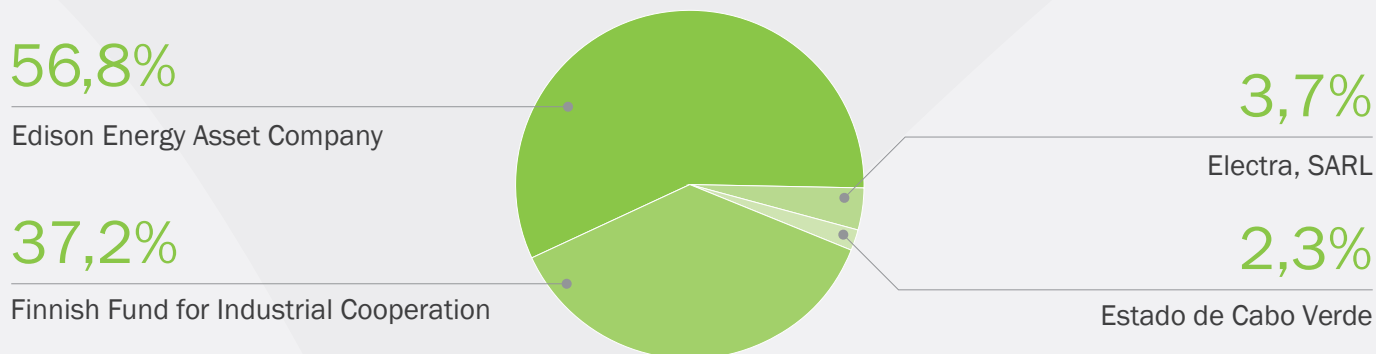


Empresa de Electricidade e Água - ELECTRA, S.A.R.L.

Electra, SARL, parceira comercial e operacional na gestão dos parques eólicos.

A 4 de dezembro de 2017, as participações na Cabeólica pertencentes à AFC e à AFC Equity Investments foram transferidas para a Edison Energy Asset Company, que assim se assume como investidor maioritário, detendo uma participação de 57% na Cabeólica.

ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO



O modelo de governo de sociedade adotado reflete o empenhamento da empresa em aplicar as melhores práticas a nível de transparência e separação de funções entre a gestão e a supervisão das atividades da empresa. A gestão é assegurada por um Conselho de Administração composto por 7 membros não executivos, incluindo um comité de administração e finanças com 3 dos 7 membros. O Conselho de Administração possui a responsabilidade final pela estratégia, formulação de políticas e tomada de decisão, com autoridade específica delegada a um administrador delegado para operações correntes da empresa, apoiado por uma equipa de gestão.

O Conselho de Administração reúne-se trimestralmente. Em 2017 foram realizadas reuniões em 30 de março, 30 de junho, 29 de setembro e 24 de novembro.

A fiscalização é assegurada por uma auditoria externa e uma função de Fiscal Único, ambas atribuídas à firma internacional de auditoria PricewaterhouseCoopers, existindo ainda uma Assembleia Geral de Acionistas e uma Assembleia de Investidores que asseguram o *accountability* perante os acionistas e investidores.

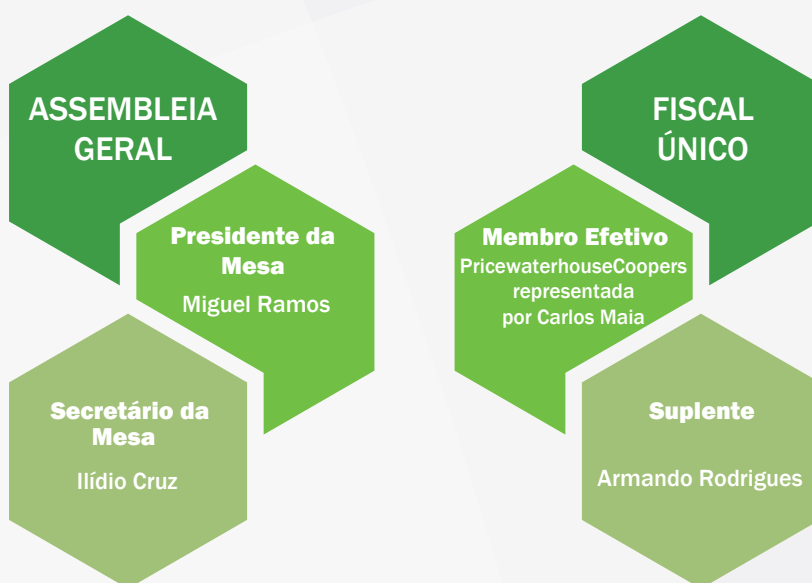


Parque eólico de São Vicente

ESTRUTURA ORGÂNICA



ORGÃOS SOCIAIS



O Conselho de Administração

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KUDZAYI HOVE

Nomeação: AFC/Edison Energy Asset Company

Kudzayi Hove é a CEO da Amayi Foods Limited, uma empresa nigeriana de processamento de alimentos. Antes de criar a Amayi, liderou o sector de investimentos na AFC, onde supervisionou o investimento da AFC na Cabeólica e outros projetos. Possui mais de 18 anos de experiência em banca e *private equity* e possui licenciatura da Clark University e MBA da Wharton School, University of Pennsylvania.



ADMINISTRADORES

AYOTUNDE ANJORIN

Nomeação: AFC Equity/Edison Energy Asset Company

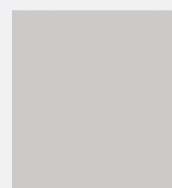
Ayotunde Anjorin é o Administrador Financeiro da AFC, tendo anteriormente desempenhado funções de Vice-Presidente Sênior e responsável pelas áreas de finanças e operações. Antes da AFC, trabalhou na Standard Chartered Nigéria onde desempenhou funções a nível nacional e regional. É licenciado em contabilidade e é um contabilista/auditor certificado com mais de 15 anos de experiência na área financeira após a certificação, abrangendo reporte de informação financeira, controlo interno, gestão de risco, operações bancárias e reengenharia de processos.



DANIEL LIVRAMENTO

Nomeação: Estado de Cabo Verde

Daniel Livramento é o Diretor de Gabinete do Ministro de Economia e Emprego e já exerceu funções como Diretor de Energias Renováveis no Ministério de Desenvolvimento Rural, Presidente do Conselho de Administração da TACV e Presidente do Conselho de Administração da Radio e Televisão de Cabo Verde. A sua experiência profissional inclui também Administrador Executivo da Empa, Diretor Geral da SITA e Diretor Geral da Sonacor.



ELUMA OBIBUAKU

Nomeação: AFC/Edison Energy Asset Company

Eluma Obibuaku possui mais de 19 anos de experiência em consultoria e investimento no sector público e no privado. Atualmente, é vice-presidente da AFC para área de eletricidade e é membro do Conselho de Administração de várias empresas privadas. Ele trabalhou no General Accounting Office dos Estados Unidos, Pacific Gas and Electric Co, no IFC e, mais recentemente, com um developer pioneiro de um projeto de energia para estabelecer uma IPP. Eluma possui um MBA em finanças pela Wharton School da Universidade de Pensilvânia.



ARI NIRONEN

Nomeação: Finnfund

Ari Nironen possui um mestrado em engenharia e um MBA em finanças, com cerca de 25 anos de experiência profissional, 15 dos quais no sector de financiamento. Nos últimos 10 anos, Ari tem vindo a trabalhar no desenvolvimento, estruturação e gestão de investimentos diretos da Finnfund em mercados emergentes.



BOWALE ODUMADE

Nomeação: AFC/Edison Energy Asset Company

Bowale Odumade trabalha no departamento de investimentos da AFC. Como parte de seu papel, a Bowale está ativamente envolvida no desenvolvimento e execução de projetos e transações em vários sectores. Antes da AFC, a Bowale trabalhou na GE Capital (serviços financeiros no sector da energia) e Accenture. A Bowale possui MBA em finanças e negócios internacionais pela Kellogg School of Management, Universidade Northwestern e uma licenciatura em sistemas de informação de gestão da Universidade de Minnesota.



ALEXANDRE MONTEIRO

Nomeação: Electra, SARL

Alexandre Monteiro possui uma licenciatura em engenharia mecânica e um MBA e a sua vasta experiência inclui funções como Presidente do IADE (agência de promoção de investimentos), Administrador da SDTIBM (sociedade de desenvolvimento do turismo integrado da Boa Vista e Maio), Deputado da Nação, Secretário de Estado do Turismo, Indústria e Comércio e Ministro do Comércio, Indústria e Energia.

Renunciou ao cargo em dezembro de 2017, devendo ser formalmente substituído em 2018.



Helena Teppana, nomeada pela Finnfund, e Abraão Lopes, nomeado pelo Estado de Cabo Verde, foram substituídos em março de 2017 por Ari Nironen e Daniel Livramento, respetivamente, nomeados por esses mesmos investidores.

Batchi Baldeh, Tariye Isoun e Taiwo Adeniji, nomeados pela AFC, foram substituídos em setembro de 2017 por Kudzayi Hove, Bowale Odumade e Eluma Obibuaku, igualmente nomeados pela AFC. O antigo Presidente do Conselho de Administração, Batchi Baldeh, havia renunciado à função desde março de 2017.

Nome	Nomeação	Data de Nomeação	Género	Rotação
Batchi Baldeh	AFC	11 novembro, 2010	M	Substituído setembro 2017
Taiwo Adeniji	AFC	06 fevereiro, 2015	M	Substituído setembro 2017
Tariye Gbadegesin	AFC	11 novembro, 2010	F	Substituído setembro 2017
Helena Teppana	Finnfund	11 novembro, 2010	F	Substituído março 2017
Abraão Lopes	Estado de Cabo Verde	28 outubro, 2010	M	Substituído março 2017
Kudzayi Hove	AFC/Edison Energy Asset Company	29 setembro, 2017	F	
Bowale Odumade	AFC/Edison Energy Asset Company	29 setembro, 2017	F	
Ayotunde Anjorin	AFC Equity/Edison Energy Asset Company	27 setembro, 2015	M	
Eluma Obibuaku	AFC/Edison Energy Asset Company	29 setembro, 2017	M	
Ari Nironen	Finnfund	30 março, 2017	M	
Daniel Livramento	Estado de Cabo Verde	30 março, 2017	M	
Alexandre Monteiro	Electra, SARL	25 novembro, 2016	M	

A composição do Conselho de Administração reflete a participação dos investidores no capital da empresa, garantindo, entretanto, em qualquer circunstância, um mínimo de participação de 1 membro do Estado de Cabo Verde e 1 membro da Electra, SARL. A composição demonstra ainda cuidado com as melhores práticas de governo de sociedade, nomeadamente a nível de disponibilidade para as funções, rotação periódica e o facto de todos os membros serem executivos e profissionais sénior, com vasta experiência a nível de finanças/investimento, gestão executiva e ou sector da eletricidade.



Parque eólico de Santiago

Enquadramento Económico

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), no ano de 2017 a economia global terá apresentado um crescimento na ordem dos 3,7%, uma melhoria face aos 3,2% registados em 2016, refletindo um melhor desempenho das economias mais avançadas, mas também das emergentes e em desenvolvimento.

O maior dinamismo da Zona Euro estará relacionado em grande medida com o fortalecimento da procura interna, num contexto de criação de novos postos de trabalho, enquanto que nos EUA, o desempenho terá refletido, essencialmente, o aumento da produção industrial e do consumo privado.

A África Subsaariana terá apresentado modestos sinais de recuperação, com um crescimento de cerca de 2,6%, de acordo com dados do FMI. Entretanto, estruturalmente a situação continua difícil, com o crescimento a ser heterogéneo e impulsionado nomeadamente pela melhoria na envolvente externa, pela recuperação na produção de petróleo na Nigéria e pela melhoria das condições de seca nas regiões do sul e do leste do continente.

No sector de energia em particular, destaca-se, sobretudo, a tendência de alguma recuperação dos preços do barril do petróleo nos mercados internacionais, com o barril de brent a atingir os 64 dólares americanos em dezembro de 2017 após as quedas significativas registadas para mínimos históricos nos anos recentes, mas sobretudo o aumento da incerteza quanto à evolução do preço no futuro, por efeitos tanto do lado da procura, como do lado da oferta.

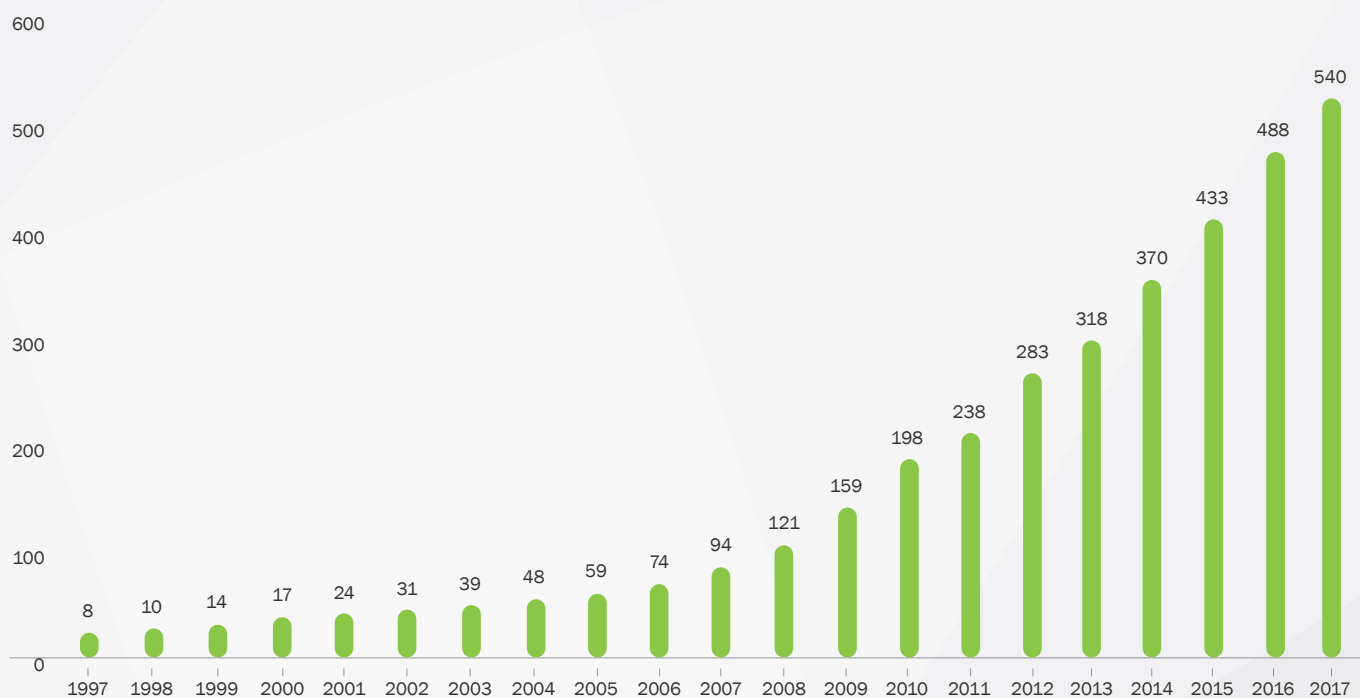
A energia eólica em particular continua como uma das apostas dominantes a nível dos novos investimentos em capacidade instalada de eletricidade. Em concreto, a capacidade instalada de energia eólica, a nível global, aumentou 11% no ano de 2017, de 488 GW para os atuais 540 GW, confirmando a tendência de crescimento sustentável que se vem verificando nas últimas 2 décadas, com destaque para os crescimentos na China, mas também nos EUA, Alemanha, Reino Unido e Índia. A nível do continente africano em particular, destaca-se novamente a África do Sul com 621 MW instalados em 2017.

CAPACIDADE INSTALADA DE ENERGIA EÓLICA (MW) ÁFRICA & MÉDIO ORIENTE

	Final 2016	Novos 2017	Final 2017
África do Sul	1 473	621	2 094
Egipto	810	0	810
Marrocos	787	0	787
Etiópia	324	0	324
Tunísia	245	0	245
Jordânia	119	0	119
Cabo Verde	26	0	26
Outros	133	0	133
Total	3 917	621	4 538

Fonte: Global Wind Energy Council

CAPACIDADE INSTALADA ACUMULADA GLOBAL 1997-2017 (GW)



Fonte: Global Wind Energy Council

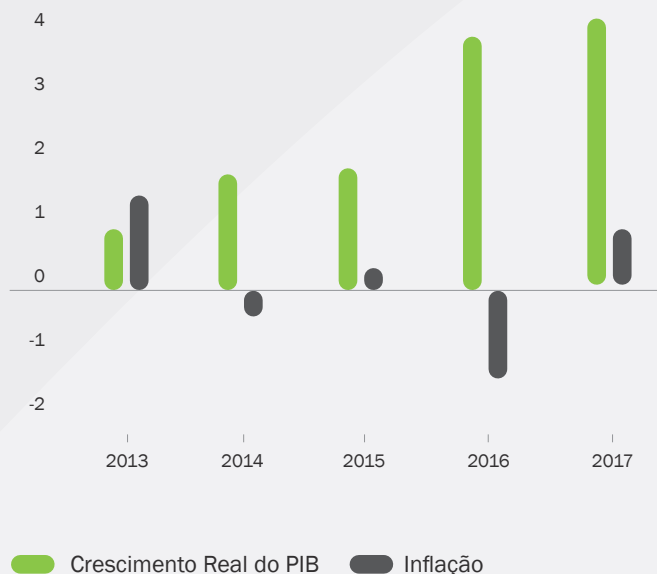
Tendo em conta o contexto externo mais favorável, em Cabo Verde a economia demonstrou igualmente sinais de retoma, com fontes como o Banco de Cabo Verde, o Instituto Nacional de Estatística e o FMI a estimarem, em média, que o crescimento do PIB ter-se-á situado em cerca de 4,0% e que terá sido registado uma inflação de cerca de 0,8%. Não obstante os efeitos da seca e consequente mau ano agrícola, registou-se um crescimento um pouco mais acelerado face aos anos mais recentes, relacionado, em boa parte, com o crescimento dos fluxos de turismo. Do lado da procura destaca-se a dinâmica do consumo e do investimento privado.

Segundo dados do INE, o sector do turismo em particular terá apresentado um crescimento do número de hóspedes de cerca de 11%.

Com a economia num ciclo de retoma e com importantes investimentos a nível do turismo, o consumo de energia elétrica no país apresenta uma tendência de aceleração face aos níveis de crescimento modesto dos últimos anos.

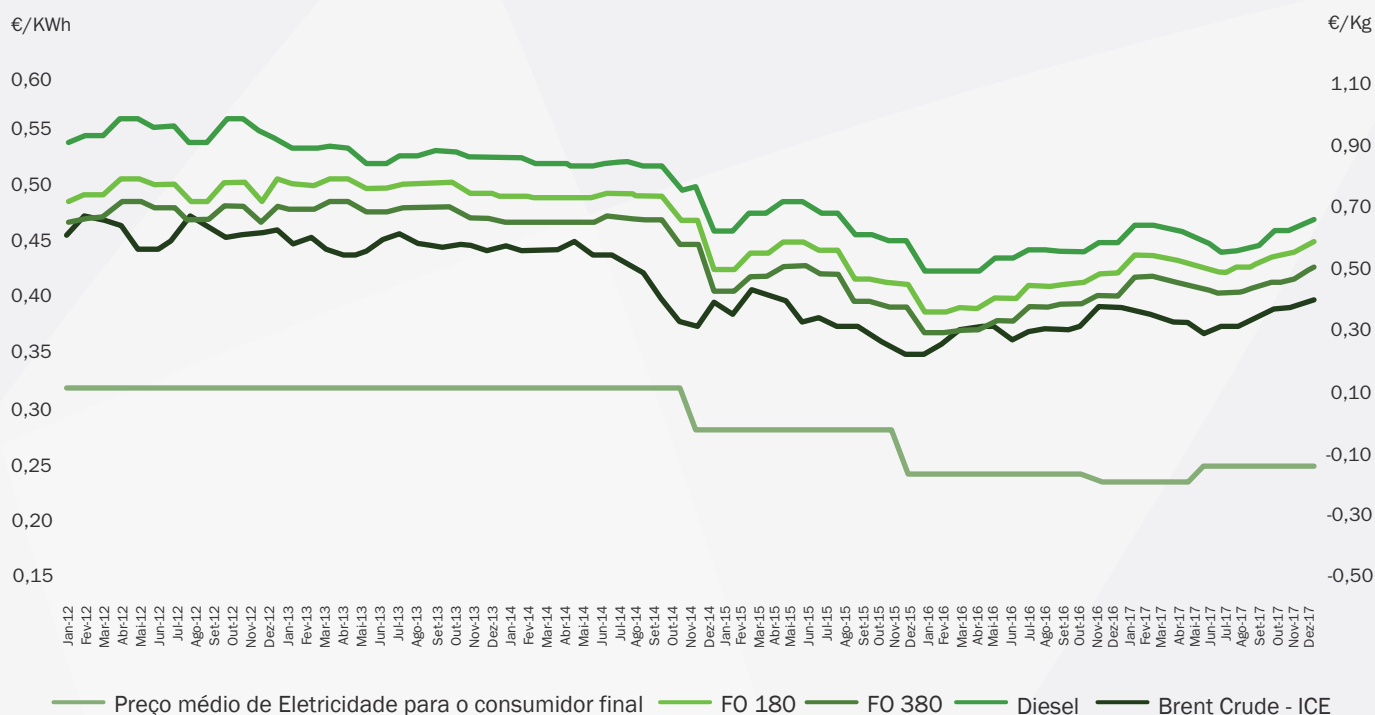
O sector energético em Cabo Verde foi influenciado pelo aumento do preço dos combustíveis que reflete a tendência de recuperação dos preços de petróleo no mercado internacional desde finais de 2016. As tarifas de eletricidade ao consumidor final registaram apenas um ligeiro aumento.

PRINCIPAIS INDICADORES (%)



Fonte: FMI - Fundo Monetário Internacional, BCV - Banco de Cabo Verde e INE - Instituto Nacional de Estatística

EVOLUÇÃO PREÇO ENERGIA 2012-2017



Fonte: ARE - Agência de Regulação Económica, ICE - Intercontinental Exchange (Brent oil price)

A Cabeólica foi em 2017 responsável pela produção de cerca de 17% da eletricidade consumida no país, mantendo Cabo Verde como uma referência internacional e o líder na região da África ocidental a nível de taxa de penetração de energia eólica.

Desempenho da Cabeólica em 2017

Infraestruturas

Em 2017, completou-se 6 anos de operação contínua dos quatro parques eólicos da Cabeólica, com uma potência total instalada de 25,5MW, compostos por 30 turbinas eólicas, Modelo V52-850kW da Vestas, com a seguinte distribuição de turbinas eólicas e de capacidades: 11 em Santiago (9,35MW); 7 em São Vicente (5,95MW); 9 no Sal (7,65MW) e 3 na Boa Vista (2,55MW).

Em janeiro de 2017, a Cabeólica aprovou o plano de manutenções preventivas e de inspeções. As atividades previstas no plano e as ações corretivas foram desenvolvidas, garantindo uma disponibilidade, com valor médio dos 4 parques eólicos, superior a 99%.

Ainda em janeiro de 2017, a Vestas concluiu a instalação e a colocação em funcionamento do mastro meteorológico de Boa Vista. Em Santiago, devido a vários imprevistos no processo de fabricação, a instalação apenas será concluída no primeiro trimestre de 2018.

Em junho de 2017, a Cabeólica investiu num sistema de monitoramento de energia dos quatro parques eólicos através de uma única ferramenta capaz de monitorar, analisar, planejar e controlar sistemas de produção de energia eólica, desenvolvida por uma empresa internacional com um vasto portefólio. A Cabeólica, com este investimento, tem como principal objetivo melhorar a análise e o desempenho dos quatro parques eólicos, através de uma solução inovadora na operação, na monitorização e no controle.

Tendo sido identificada a necessidade de melhorar as condições de armazenamento de materiais decorrentes das manutenções das turbinas eólicas e, também, permitir aumentar a segurança nas subestações, foram construídos 4 (quatro) espaços denominados de “Ecopoints”, que não se encontravam previstos no projeto inicial dos parques eólicos. Foram ainda realizados todos os trabalhos de manutenção das subestações de responsabilidade da Cabeólica.

Da consultoria técnica implementada em 2016, identificou-se a necessidade de melhoria no processo de reporte da Vestas. Tratando-se de uma necessidade a nível global, em 2017, a Vestas iniciou a implementação de um portal que permite melhorar a qualidade e o acesso aos relatórios de serviços, contribuindo para aperfeiçoar as análises desenvolvidas pela equipa técnica da Cabeólica.

Entretanto, pela necessidade de uma melhoria contínua no processo de operação e despacho dos quatro parques, em 2017 a Cabeólica investiu num conjunto de melhorias no sistema de monitoramento e controle “Vestas Online Business” e realizou-se sessões de formação aos operadores e chefes de turnos da Electra, SARL e da AEB – Água e Energia da Boa Vista, S.A.

Em virtude da extensão do contrato de Prestação de Serviços com a Vestas, em 2017, iniciou-se o processo de aquisição de 30 equipamentos CMS – Condition Monitoring System. Estes equipamentos têm a finalidade de monitorar as vibrações e prever falhas nos principais componentes das turbinas eólicas. O processo de aquisição destes equipamentos encontra-se em curso e a instalação dos CMS está prevista para o primeiro semestre de 2018.

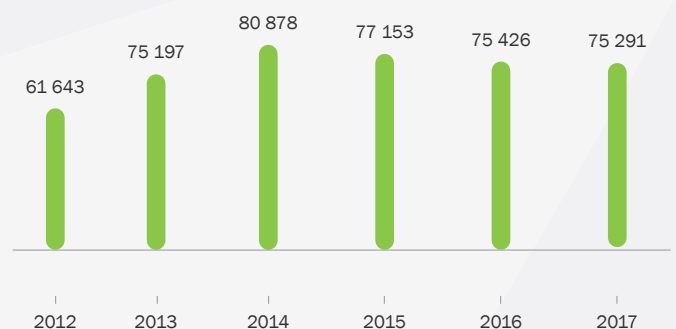
A Cabeólica forneceu à Electra, SARL e à AEB, S.A, relatórios de eventos registados e relatórios mensais de qualidade da energia injetada na rede pelos quatro parques eólicos.

Em 2017, deu-se continuidade ao desenvolvimento do projeto de centro de despachos de eletricidade de Santiago, de S. Vicente e do Sal, no qual a Cabeólica e a Vestas tiveram um papel preponderante, sobretudo na integração dos parques eólicos da Cabeólica nesse sistema. Os testes desta integração serão concluídos no primeiro trimestre de 2018.

Desempenho Operacional

EVOLUÇÃO

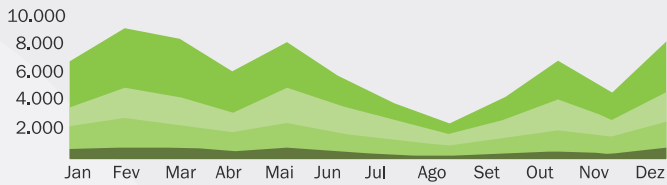
ENERGIA PRODUZIDA (MWh)



RESULTADOS GERAIS

Em 2017 a energia produzida foi de 75,3 GWh, aproximadamente, distribuída da seguinte forma pelos quatro parques eólicos: Santiago – 42%; São Vicente - 26%; Sal - 22%; e Boa Vista - 11%. No global não houve evolução em relação ao ano anterior e isto deveu-se, essencialmente, às restrições técnicas impostas pelo Off-taker na produção da energia eólica. No entanto registou-se um crescimento a nível do consumo e uma diminuição da energia disponível, nomeadamente em abril e novembro.

ENERGIA PRODUZIDA 2017 (MWh)



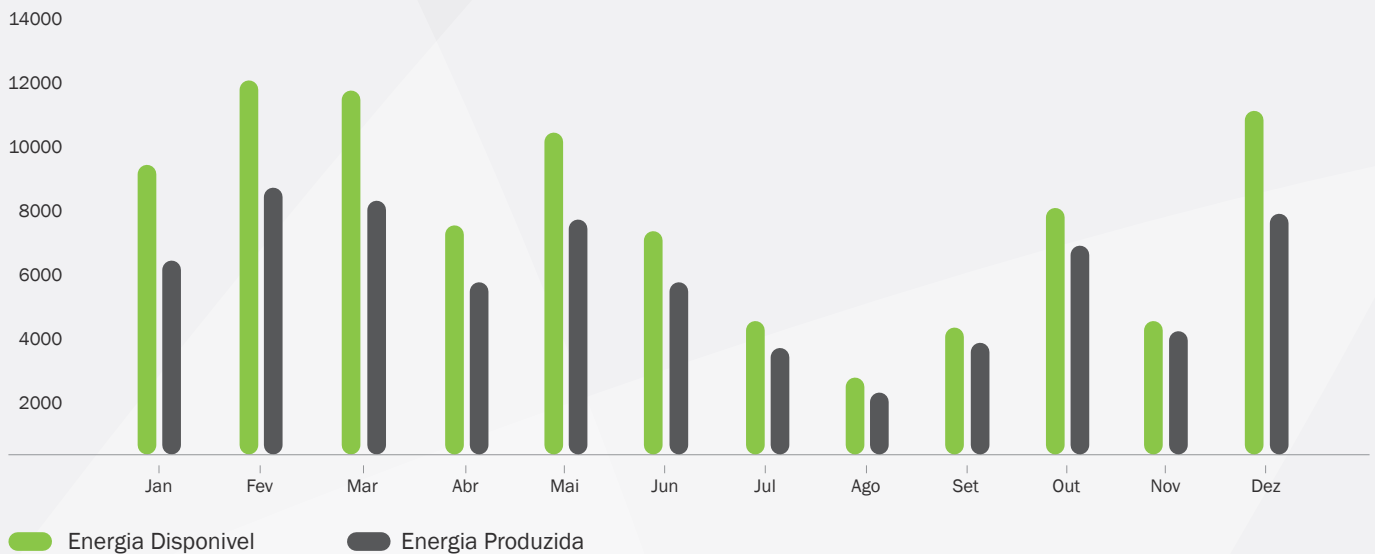
■ Santiago
 ■ S. Vicente
 ■ Sal
 ■ Boa Vista

Em 2017, estima-se que a taxa anual média de penetração dos quatro parques eólicos em relação à produção total gerada no país tenha sido de cerca de 17% (Santiago - 13%, S. Vicente - 25%, Sal - 27% e Boa Vista - 21%). Entretanto, a disponibilidade média anual assegurada pela Vestas foi de 99,11%.

	Capacidade Instalada	Energia Produzida	Velocidade de Vento	Disponibilidade
	(MW)	(MWh)	(m/s)	(%)
Santiago	9,35	31 283	8,2	99,23%
S. Vicente	5,95	19 507	9,6	99,05%
Sal	7,65	16 541	8,8	99,07%
Boa Vista	2,55	7 959	8,9	99,09%
Total	25,5	75 291	8,9	99,11%

A energia disponível nos quatro parques eólicos registou uma redução de 5% em relação ao ano anterior, observando-se uma redução de 2,5% em Santiago e 4,1% no Sal e aumento de 6,4% em S. Vicente e 1% na Boa Vista, respetivamente. Ainda persistem restrições técnicas impostas pelo Off-taker na produção dos quatro parques eólicos, mas as redes absorveram 75% da energia total disponível no ano, apresentando-se Santiago com 98%, S. Vicente com 70%, Sal com 54% e Boa Vista com 79%.

2017



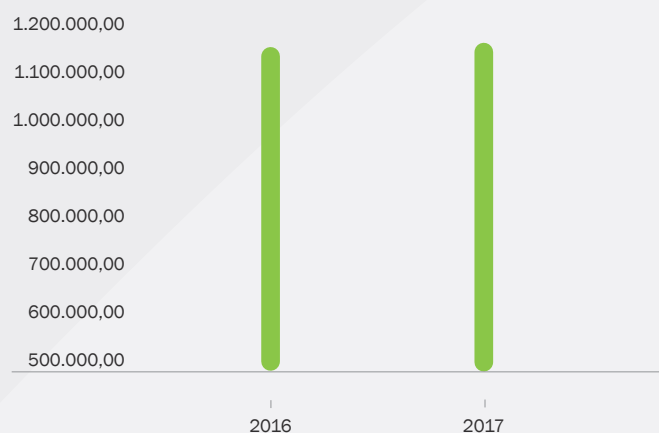
Parque eólico do Sal

Desempenho Comercial

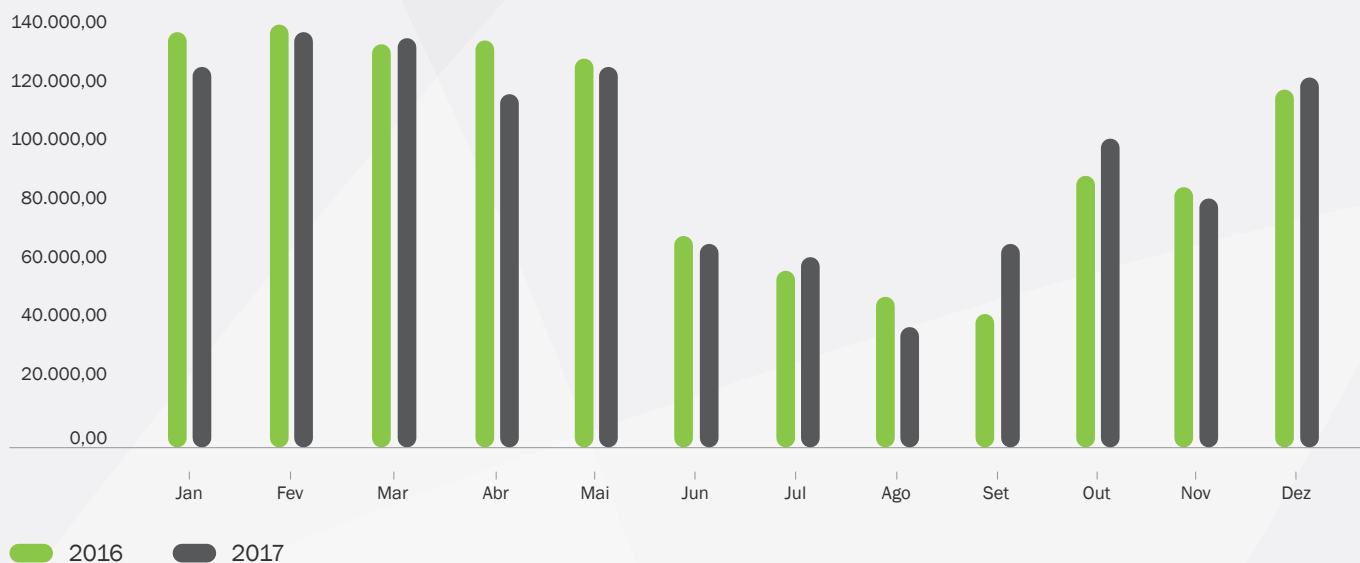
A Cabeólica possui um contrato de compra e venda de energia (PPA – Power Purchase Agreement) com o Off-taker, Electra, SARL, que deverá vigorar por vinte anos, a partir de 2012, e que proporciona as condições e garantias necessárias para a venda de energia durante esse período, nomeadamente os preços a serem considerados durante o período e as quantidades mínimas de energia que a Electra, SARL deve adquirir.

O ano de 2017 representa o sexto ano contínuo de atividade dos parques eólicos e continua a refletir uma fase de estabilidade da atividade operacional e comercial, tendo em conta as melhorias já conseguidas nos primeiros anos, mas também as restrições técnicas por parte do Off-taker que ainda persistem, apesar de estimativas apontarem para algum crescimento no consumo. Efetivamente, em 2017 as vendas de eletricidade apresentaram apenas um ligeiro aumento de cerca de 0,4% face ao ano anterior.

VENDAS ANUAIS DE ELETRICIDADE (EM MILHARES DE ESCUDOS)



VENDAS MENSAIS (EM MILHARES DE ESCUDOS)



A nível de evolução das vendas por parque, nota-se, por um lado, ligeiras reduções nos parques eólicos do Sal e de Santiago, por outro lado, relativas melhorias nos parques de São Vicente e da Boa Vista.

Apesar da solidez financeira global do Off-taker, Electra, SARL, continuar a merecer atenção, o mesmo registou, desde finais de 2015, melhorias a nível de tesouraria, tendo a dívida vencida sido mantida em níveis suportáveis.

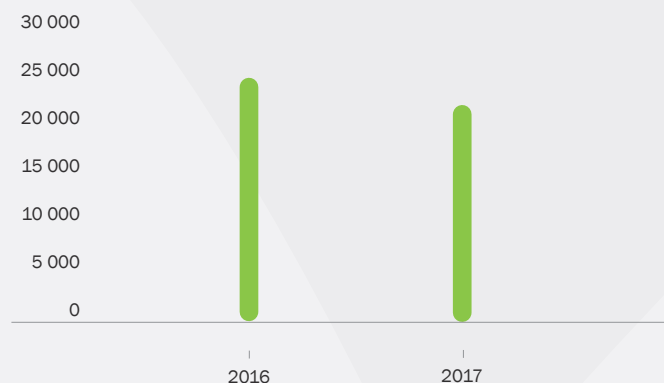
O preço médio de venda efetivo manteve-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, confirmando a previsibilidade associada à Cabeólica e contrariando a volatilidade associada aos preços dos meios de produção convencional com base em combustíveis fósseis.

VENDAS DE ELETRICIDADE POR PARQUE (EM MILHARES DE ESCUDOS)



No âmbito do ERPA - contrato de compra e venda de Créditos de Carbono (CERs) foram vendidos em 2016 e 2017 os CERs gerados nos exercícios de 2015 e 2016, respetivamente.

VENDAS DE CERS (EM MILHARES DE ESCUDOS)



Desempenho Financeiro

Encontrando-se em fase de operação plena, a Cabeólica apresenta no exercício de 2017 resultados operacionais positivos, similares a 2016, uma vez que o volume de vendas de eletricidade e de créditos de carbono, assim como grande parte dos gastos operacionais, mantiveram-se basicamente ao mesmo nível face ao ano anterior. O aumento dos resultados líquidos reflete, essencialmente, a diminuição dos gastos financeiros, relacionada com a amortização esperada dos empréstimos.

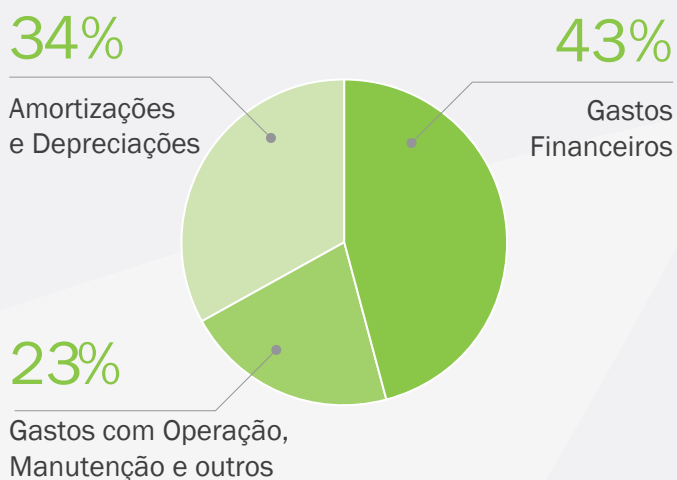
	mESC	
	2017	2016
Rendimentos		
Vendas (eletricidade e CERs)	1 182 978	1 180 223
Outros Rendimentos e Ganhos	5 152	367
Ganhos Financeiros	108	132
	1 188 238	1 180 721
Gastos		
Gastos com Operação, Manutenção e outros	-224 265	-221 516
Amortizações e Depreciações	-339 317	-340 005
Gastos Financeiros	-420 412	-469 046
	-983 995	-1 030 567
Resultados		
EBITDA	963 864	959 073
EBIT	624 547	619 068
Resultado Líquido	177 869	144 530

RESULTADOS



Tendo em conta a especificidade desta indústria, Amortizações e Gastos Financeiros, voltaram a representar um total próximo de 80% do total dos gastos da empresa.

GASTOS TOTAIS



Não tendo sido registados investimentos significativos, nomeadamente a nível da expansão dos parques, a empresa voltou a registar em 2017 uma diminuição do total do balanço.

O Ativo não corrente compreende, essencialmente, os 4 parques eólicos e respetivas linhas de transmissão e os gastos de desenvolvimento do projeto.

O Passivo da empresa é constituído essencialmente pelo remanescente dos financiamentos obtidos dos investidores e dos financiadores. Apesar do Passivo ser ainda relativamente elevado face ao Capital Próprio, este cenário tem vindo a melhorar de forma sustentada com o reforço anual das reservas e apenas 16% do Passivo corresponde a responsabilidades de curto prazo.

	mESC	
	2017	2016
Ativo		
Ativo não corrente	4 851 939	5 125 237
Ativo corrente	790 560	828 271
	5 642 499	5 953 509
Capital Próprio		
Capital social	3 468	3 468
Outros instrum. Capital Próprio e Reservas	323 962	207 880
Resultado do período	177 869	144 530
	505 299	355 879
Passivo		
Passivo não corrente	4 336 517	4 753 514
Passivo corrente	800 682	844 116
	5 137 200	5 597 630
Capital Próprio + Passivo	5 642 499	5 953 509

Os fluxos de caixa refletem igualmente a fase de estabilidade da atividade, demonstrando a capacidade de honrar as responsabilidades e de atribuir o retorno aceitável aos seus investidores.

Os principais rácios para 2017 e 2016 encontram-se resumidos na tabela abaixo, refletindo a performance financeira positiva da Cabeólica.

PRINCIPAIS RÁCIOS

	2017	2016
Liquidez Geral Ativo corr. (circulante) / passivo corr.	0,99	0,98
Estrutura de Capital Passivo / Capital Próprio	10,17	15,73
Cobertura do serviço da Dívida Cash flow operacional / Serviço da Dívida*	1,82	1,90
Prazo médio de cobrança (dias) Saldo de Clientes x365 / Vendas com IVA	42	42
Rentabilidade do Ativo Resultado Operacional / Ativo	11,1%	10,4%

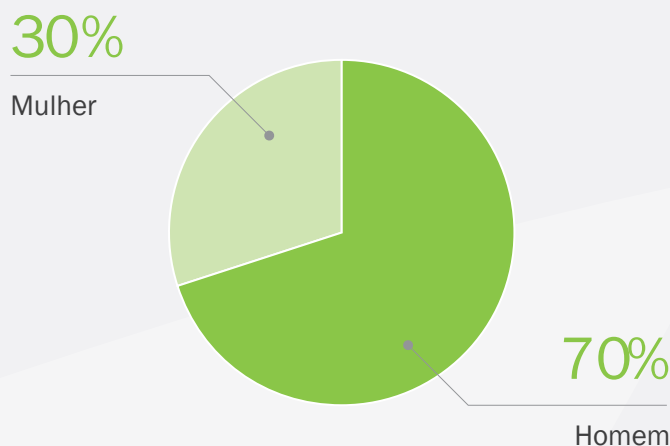
*considerando apenas empréstimos dos financiadores

O histórico já existente de performance positiva nos 6 anos de atividade comercial e operacional, indiciam que estão asseguradas as condições para que a Cabeólica desenvolva, de forma sustentável, a sua atividade nos próximos anos.

Gestão de Recursos Humanos

A gestão do capital humano na Cabeólica, durante todo o seu percurso, visou sempre garantir as competências necessárias ao cumprimento da sua missão e o desenvolvimento e a valorização das pessoas. Ao longo dos 6 anos de atividade, o número de colaboradores da Cabeólica manteve-se em 10, um número ideal de quadros estabelecido no seu Plano de Recursos Humanos. Em média a equipa tem sido constituída por 30% de colaboradores do sexo feminino e 70% do sexo masculino. O Manual de Procedimentos Internos a nível de Recursos Humanos, e o Manual de Avaliação de Desempenho da Cabeólica, ferramentas para a gestão de recursos humanos, têm permitido um alto padrão de profissionalismo na Empresa, promovendo desempenhos cada vez mais eficientes, como também elevados níveis de motivação, satisfação e responsabilidade dos colaboradores.

DISTRIBUIÇÃO DE GÉNERO NOS POSTOS DE TRABALHO DIRETOS



Ao longo dos anos a Cabeólica tem vindo a gerar oportunidades diretas e indiretas de emprego através das suas atividades, com 100% do emprego direto e cerca de 90% do emprego indireto, atualmente assegurados por nacionais.

A Cabeólica contribui para a criação de 40 postos de trabalho indiretos através dos vários contratos de prestação de serviços celebrados com empresas, na maioria locais, para serviços de suporte à atividade principal da empresa.

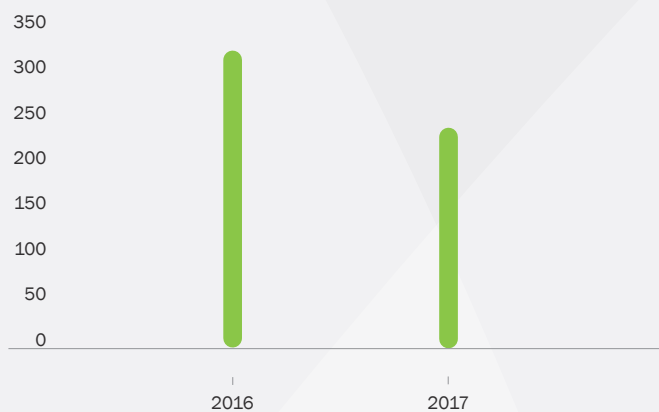
Alguns dos prestadores de serviço chave para a Empresa empregam e treinam colaboradores especificamente para cumprirem com as obrigações contratuais com a Cabeólica. Entre eles destacamos a Vestas que criou uma empresa de direito Cabo-verdiano que emprega 6 colaboradores nacionais, 5 técnicos e um supervisor, alinhando-se, assim, com o objetivo da Cabeólica na capacitação de técnicos nacionais e na retenção no País dos conhecimentos adquiridos sobre operações de parques eólicos.

FORMAÇÃO

A concretização do plano de formação ao longo da existência da empresa, tem garantido o objetivo da empresa de continuamente acrescentar conhecimento aos colaboradores, bem como aumentar as competências, tendo em conta as necessidades específicas das suas atividades e as melhores práticas de mercado.

No âmbito da formação profissional durante os 6 anos, a equipa beneficiou de mais de 2.133 horas de formação, incluindo 621 horas na área de saúde e segurança, especificamente orientadas para membros da equipa técnica que lidam frequentemente com equipamentos elétricos e executam trabalhos em altura, mas também nas áreas financeira e administrativa.

HORAS DE FORMAÇÃO



SAÚDE E SEGURANÇA

A saúde e segurança dos colaboradores e de outras pessoas que visitam os parques eólicos são aspetos cruciais para a Empresa e guiam as práticas nas nossas operações diárias. Estão integradas nas melhores práticas as seguintes:

- O desenvolvimento de mecanismos e procedimentos internos para a garantia do cumprimento dos requisitos de segurança;
- As ações de formação contínua em módulos de saúde e segurança, tais como formação em primeiros socorros, suporte básico de vida e combate a incêndios nos standards da Global Wind Association;
- A disponibilização de equipamentos adequados para a proteção individual, adequados para cada atividade;
- A fiscalização e coordenação de segurança em obra que cumulativamente garante a boa utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva;
- A presença de equipamentos de primeiros socorros e equipamentos de combate a incêndio em todos os parques eólicos, bem como aparelhos adequados para o uso dos equipamentos com carga elétrica.

Adicionalmente a empresa implementou a prática de disponibilizar a todos os seus colaboradores exames médicos gerais, como forma de incentivar e promover a saúde dos colaboradores. Todos os colaboradores da empresa também são cobertos com seguros facultativos complementares.

Durante os 6 anos de atividade da empresa não se registou qualquer acidente de trabalho, essencialmente, devido à implementação de políticas e procedimentos de segurança eficazes. A empresa compromete-se a envidar todos os esforços possíveis para manter esse registo.



Parque eólico da Boa Vista

Responsabilidade Ambiental e Social

Devido aos valores corporativos da empresa, bem como os dos seus stakeholders, a empresa vem desenvolvendo e apoiando vários programas e projetos ambientais e sociais reportados anualmente nos relatórios de monitoramento ambiental e de sustentabilidade.

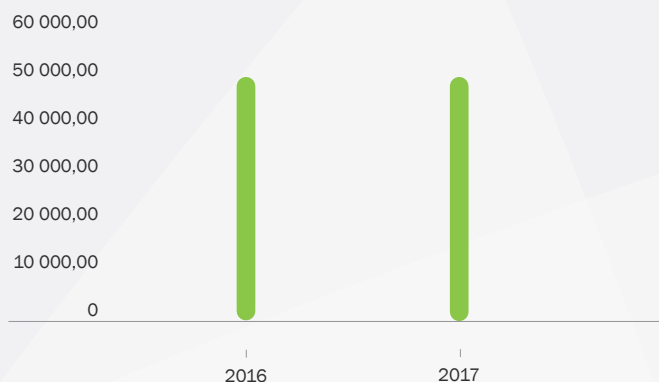
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Cabeólica orgulha-se em ser a empresa cabo-verdiana líder na produção de energias renováveis na matriz energética do país, produzindo quantidades substanciais de energia limpa para as redes nacionais, assim contribuindo para a sustentabilidade ambiental e social. Para além da estrita conformidade com o Plano Ambiental e Social (ESMP), que serve para orientar a monitorização ambiental, existem três áreas de responsabilidade prioritárias e de maior impacto:

Redução de gases de efeito estufa

A produção de energia eólica pela Cabeólica até 31 de dezembro de 2017 permitiu uma redução de cerca de 310 000 toneladas de CO₂, fazendo da empresa a entidade com maior impacto na redução de gases de efeito estufa no país, uma conquista importante na luta global contra as mudanças climáticas.

REDUÇÃO NA EMISSÃO DE CO₂ (tCO₂e)



Valorização da Biodiversidade

Como uma empresa produtora de energia eólica com uma forte visão de desenvolvimento sustentável, Cabeólica respeita e promove a importância da conservação da biodiversidade. Ao longo da sua existência a empresa tem promovido importantes iniciativas de conservação de biodiversidade incluindo:

→ Estudos sobre o comportamento de várias espécies de aves, como a *Haliaeetus pandion* e *Aethereus phaethon*, entre outras, a fim de obter dados importantes sobre o status da saúde e diversidade da avifauna no país para a comunidade nacional e internacional. Para além de dados enriquecedores, o monitoramento executado em 2017 produziu novas informações referentes a predação de ovos e crias, úteis para

estratégias de conservação, e revelou os primeiros ninhos de guinchos nas plataformas artificiais instaladas em anos anteriores numa tentativa de reduzir a predação pelos gatos selvagens e pelos humanos.

→ Monitoramento do réptil *Tarentola substituta*, endêmico à ilha de São Vicente, incluindo financiamento de diversos estudos que possibilitou elevação desta osga da categoria subespécie com dados insuficientes para espécie em baixo risco na lista vermelha da IUCN. Em 2017, a empresa financiou mais um estudo comportamental para determinar o papel dos fatores ecológicos e sociais na seleção de refúgio das osgas. O estudo produziu dados para publicação, que nesse caso seria a quarta iniciativa da Empresa a resultar na publicação de um artigo sobre a espécie numa revista científica internacional.

Educação ambiental

Desde 2013 que a empresa executa o programa de educação nas escolas da Boa Vista, destinado a promover a consciencialização ambiental em torno da necessidade de conservação das espécies endémicas na ilha, bem como, informar da importância das energias renováveis em geral. Entre o ano de 2012 e de 2017, foram realizadas 89 palestras na Boa Vista, no âmbito deste programa, com cerca de 500 alunos a assistirem durante o ano de 2017.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Empresa tem vindo a dar continuidade ao programa Nós Somos Energia, que criou em 2014 com o apoio do Ministério de Educação e da Direção Nacional de Energia, e que visa promover as fontes de energias limpas e a eficiência energética junto às crianças em idade escolar entre 9 e 10 anos, no 4º ano de escolaridade. Em 2017, o programa abrangeu 735 alunos na ilha do Sal e 223 alunos na ilha da Boa Vista, trazendo o total dos participantes no programa, desde o seu início para 3.090 alunos, em 45 escolas espalhadas por várias ilhas do País.

Para além disso, a empresa também tem patrocinado vários programas e projetos importantes incluindo um projeto no interior de Santiago para a regulação de cheias, amenização microclimática e promoção de segurança alimentar, uma iniciativa desportiva com fortes componentes sociais, e eventos importantes que promovem a sensibilização das comunidades referentes aos impactos que os comportamentos positivos face ao ambiente têm atualmente e nas gerações futuras. O apoio da empresa às iniciativas voltadas para a consciencialização a nível ambiental alinha-se com os valores ambientais e a empresa está empenhada em continuar com esse apoio nos anos vindouros.

Perspetivas

Eventos Subsequentes

Não se tem conhecimento de nenhum evento subsequente de relevância para as Demonstrações Financeiras que tenha ocorrido desde 31 de dezembro de 2017 até à data deste relatório.

Perspetivas na atividade

Após todos esses anos de operação, o balanço é fortemente positivo e os objetivos prioritários continuam obrigatoriamente relacionados com a gestão e a monitorização eficiente da operação e manutenção dos parques eólicos, numa perspetiva de maximizar o aproveitamento da energia eólica disponível e de assegurar a elevada qualidade dos parâmetros da energia produzida.

Entretanto, considerando (i) a evolução positiva do consumo de eletricidade registada nos últimos anos e as perspetivas de crescimento para os próximos anos, em virtude do crescimento da população, crescimento económico e importantes investimentos esperados na área do turismo (ii) os ambiciosos planos do Governo de Cabo Verde na área de energias renováveis, (iii) a experiência já acumulada

pela Cabeólica neste mercado e (iv) a ambição e a capacidade técnica e financeira do grupo em que a Cabeólica agora se insere, é igualmente um objetivo importante continuar atento às oportunidades de expansão da atividade, sujeitas, naturalmente, a uma análise profunda e prudente de cada projeto em concreto.

Agradecimentos

Aos nossos financiadores BEI – Banco Europeu de Investimentos e BAD – Banco Africano de Desenvolvimento e às demais instituições financeiras, da banca e dos seguros, endereçamos o nosso reconhecimento pela excelência do relacionamento e os nossos agradecimentos pelo apoio e colaboração prestados.

Ao nosso parceiro Electra, SARL e a todos os nossos fornecedores de bens e serviços, particularmente a VESTAS, os nossos agradecimentos pela valiosa cooperação técnica e comercial.

Ao nosso Auditor e Fiscal Único uma palavra de apreço pelo rigor dos serviços prestados.



Parque eólico de Santiago

Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo sido apurado um resultado líquido positivo de 177.868.722 escudos e tendo em conta que as reservas legais da empresa encontram-se acima do mínimo requerido, o bom desempenho operacional e financeiro, mas também a necessidade de continuar a capitalizar a empresa, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, a seguinte aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2017:

Transferência de 61% para Outras Reservas – 109.119.851 escudos

Transferência de 39% para Dividendos – 68.748.871 escudos

Praia, 27 de março de 2018

O Conselho de Administração

Kudzayi Hove,
Presidente do Conselho de Administração

Bowale Odumade, Administradora

Ayotunde Anjorin, Administrador

Eluma Obibuaku, Administrador

Ari Nironen, Administrador

Alexandre Monteiro, Administrador
(renunciou em dezembro de 2017)

Daniel Livramento, Administrador

2. Demonstrações Financeiras



Balanço

CABEÓLICA, SA

Edifício BAICenter, 2.º Esq.
Avenida Cidade de Lisboa - Praia
NIF: 256642044

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

	Data de referência		
	Dez-17		Dez-16
	Notas	valor	mESC
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Edifícios e outras construções		6 588	4 055
Equipamento básico		3 838 819	4 047 943
Equipamento de transporte		4 364	5 955
Equipamento administrativo		3 462	2 479
Activos intangíveis	4		
Projectos de desenvolvimento		855 061	915 675
Programas de computador		4 527	168
Outros activos intangíveis		139 116	148 962
Total do activo não corrente		4 851 939	5 125 237
Activo corrente			
Inventários			
Produtos acabados e intermédios	5	22 053	22 053
Clientes	6	156 855	155 441
Outras contas a receber		9	8
Diferimentos	7	46 494	54 086
Caixa e depósitos bancários	8	565 149	596 684
Total do activo corrente		790 560	828 271
Total do activo		5 642 499	5 953 509
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	9		
Capital realizado		3 468	3 468
Prestações suplementares e outros inst de Capital Proprio		13 199	13 199
Reservas legais		6 998	6 998
Outras reservas		303 765	187 683
Resultado líquido do período		177 869	144 530
Total do capital próprio		505 299	355 879
Total do capital próprio		505 299	355 879
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	10	23 577	21 897
Financiamentos obtidos	11	4 312 941	4 731 617
Total do passivo não corrente		4 336 517	4 753 514
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	43 772	37 780
Financiamentos obtidos	11	572 471	731 900
Outras contas a pagar	13	184 439	74 436
Total do passivo corrente		800 683	844 116
Total do passivo		5 137 200	5 597 630
Total do capital próprio e do passivo		5 642 499	5 953 509

O Contabilista Certificado O Director Financeiro

A Administração

Demonstração de Resultados

CABEÓLICA, SA

Edifício BAICenter, 2.º Esq.
Avenida Cidade de Lisboa - Praia
NIF: 256642044

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
E 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

	PERÍODO		
		2017	2016
	Notas	mESC	mESC
Vendas e Prestações de serviços	14	1 182 978	1 180 223
Variação nos inventários de produção	14	-	-
Resultado operacional bruto		1 182 978	1 180 223
Fornecimentos e serviços externos	15	(175 751)	(173 376)
Valor acrescentado bruto		1 007 227	1 006 846
Gastos com o pessoal	16	(42 409)	(42 698)
Outros rendimentos e ganhos	17	5 152	367
Outros gastos e perdas	18	(6 106)	(5 442)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		963 864	959 073
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3 e 4	(339 317)	(340 005)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		624 547	619 068
Juros e ganhos similares Obtidos		108	132
Juros e perdas similares suportados	19	(420 412)	(469 046)
Resultado antes de Impostos		204 243	150 153
Imposto sobre o rendimento do período	12	(26 374)	(5 623)
Resultado líquido do período		177 869	144 530
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		177 869	144 530
Resultado por acção básico	21	51	42

O Contabilista Certificado O Director Financeiro

A Administração

Demonstração de Alterações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 E 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)						Total	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prestações suplem. e outros instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultado líquido do período			
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	3 468	13 199	6 998	66 673	152 767	243 105	243 105	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado líquido do período						144 530	144 530	144 530	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	2					144 530	144 530	144 530	
Distribuições						(31 756)	(31 756)	(31 756)	
OUTRAS OPERAÇÕES	3					(31 756)	(31 756)	(31 756)	
Aplicação do resultado do período anterior						121 011	(121 011)	-	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	4	-	-	-	121 011	(121 011)	-	-	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	3 468	13 199	6 998	187 683	144 530	355 879	355 879	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	1								
Resultado líquido do período						177 869	177 869	177 869	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	2					177 869	177 869	177 869	
Distribuições						(28 448)	(28 448)	(28 448)	
OUTRAS OPERAÇÕES	3					(28 448)	(28 448)	(28 448)	
Aplicação do resultado do período anterior						116 082	(116 082)	-	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	3 468	13 199	6 998	303 765	177 869	505 299	505 299	

O Contabilista Certificado

O Director Financeiro

A Administração

Demonstração de Fluxos de Caixa

CABEÓLICA, SA

Edifício BAICenter, 2.º Esq.
Avenida Cidade de Lisboa - Praia
NIF: 256642044

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

	PERÍODO		
		2017	2016
	Notas	mESC	mESC
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 359 873	1 433 914
Pagamentos a fornecedores		(123 986)	(178 542)
Pagamentos ao pessoal		(41 452)	(42 102)
Caixa gerada pelas operações		1 194 435	1 213 270
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(20 838)	-
Outros recebimentos/pagamentos	8	(178 958)	(177 827)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		994 638	1 035 443
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(6 343)	(1 401)
Activos intangíveis		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		17	52
Outros activos		-	-
Juros e rendimentos similares		108	132
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(6 217)	(1 218)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(578 106)	(582 528)
Juros e gastos similares		(413 296)	(459 627)
Dividendos		(28 448)	(31 756)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(1 019 850)	(1 073 910)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(31 430)	(39 685)
Efeito das diferenças de câmbio			
		(105)	(79)
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		320 678	360 442
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		289 143	320 678

O Contabilista Certificado O Director Financeiro

A Administração

Anexo

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de Escudos – mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A CABEÓLICA, S.A. (adiante designada por Cabeólica ou Sociedade) foi constituída por escritura pública de 29 de setembro de 2009. O capital social da Sociedade, integralmente realizado, é detido por uma entidade estrangeira e por duas entidades nacionais (ver Nota 9).

O objeto social da Sociedade compreende a gestão de parques eólicos, a produção e a comercialização de energia eólica e os respetivos serviços auxiliares. Neste contexto, em março de 2010, a Sociedade celebrou com a Electra - Empresa de Eletricidade e Água, SARL um “Power Purchase Agreement”, o qual regula as relações comerciais entre as duas entidades, nomeadamente as condições de produção, faturação e cobrança. O contrato, que vigora por um período de 20 anos, a contar da data do “takeover” (certificado de conclusão) do último parque eólico, prevê, entre outras condições, (i) quantidades mínimas de energia, designadas por quantidades “Take or pay”, (ii) o preço por kWh, (iii) prazo para liquidação das faturas e taxa de juro em caso de atraso e (iv) uma caução/garantia prestada pela Electra/Governo.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente ANEXO encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas para distribuição em 27 de março de 2018.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados pelo respetivo custo histórico de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade.

Relativamente aos parques eólicos, encontram-se expressos ao custo de instalação dos mesmos, acrescidos dos

respetivos encargos financeiros, gastos com o pessoal e outros gastos diretamente afetos aos parques incorridos durante o período de instalação e dos custos de desmantelamento.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, a partir da data da conclusão da instalação dos parques (data dos certificados de takeover), ao longo de um período de 20 anos, equivalente à vida útil estimada dos parques e ao período do “Power Purchase Agreement” (ver Informação geral acima).

Para a determinação da quantia depreciável, deduziu-se o valor residual dos parques eólicos no fim da sua vida útil, estimado em mESC 50 584. No final de cada exercício o valor residual é objeto de revisão.

As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, definida como segue:

Edifícios e outras construções	10 a 20 anos
Equipamento de transporte	8 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos

1.2. Ativos intangíveis e amortizações

Representam fundamentalmente (i) gastos com desenvolvimento do projeto dos parques eólicos nas ilhas de São Vicente, Sal, Boa Vista e Santiago e (ii) linhas de transmissão de energia (rede), as quais, nos termos do “Power Purchase Agreement” assinado com a ELECTRA, são, na data do “takeover” de cada parque (data do início das operações comerciais), transferidas para a Electra, que passa a ser responsável pela sua operação, manutenção e seguro. Os autos de entrega das linhas de transmissão dos quatro parques foram assinadas pelas partes em 1 de agosto de 2013.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data do início das operações comerciais, ao longo de um período de 20 anos, equivalente ao período de vigência do “Power Purchase Agreement”.

1.3. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Havendo, a perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. O valor recuperável é o mais alto de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4. Inventários

Representam as quantidades de créditos de carbono (CERs) gerados no exercício, caso exista uma certeza razoável de que serão certificados, e são mensurados ao justo valor correspondente ao preço de venda contratualizado. Os CERs gerados são registados por contrapartida de Variação nos inventários de produção.

1.5. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros resultantes de empréstimos obtidos integram o custo dos parques eólicos que financiaram durante o período de construção.

1.6. Depósitos bancários

A rubrica de Depósitos bancários inclui depósitos bancários de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.7. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio quando não têm prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.8. Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e impostos diferidos

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 1/2011, de 3 de janeiro, a Cabeólica, na qualidade de produtor independente de eletricidade com base em energias renováveis, usufrui dos seguintes incentivos fiscais:

- I Redução de impostos sobre rendimentos de 100% nos cinco (5) primeiros anos de produção, de 50% do 6.º ao 10.º ano de produção e de 25% do 11.º ao 15.º ano de produção, neste último caso apenas se o reinvestimento acumulado nos últimos 3 (três) anos seja superior a 50% do investimento inicial.
- II Os bens de equipamento, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e semiacabados e outros materiais que sejam incorporados ou utilizados na produção de bens ou serviços destinados à produção de energia elétrica com origem em fontes renováveis, são livres de direitos, aduaneiros e outras imposições aduaneiras

Adicionalmente, aguarda-se a aprovação de uma Convenção de Estabelecimento (“Establishment Conditions”) cujos termos acordados com o Ministério do Turismo, Indústria e Energia em representação do Governo de Cabo Verde em 26 de março de 2010, conferem à Cabeólica, durante um período de 20 anos, os seguintes incentivos e benefícios fiscais: (1) isenção de todas as taxas e impostos sobre o rendimento nos primeiros 5 anos e uma taxa fixa de 10% do imposto sobre lucros após o 5.º ano, (2) isenção do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nas prestações de serviços e compras de equipamentos e outros bens necessários para a construção do parque eólico, (3) isenção de retenção na fonte, incluindo dividendos e juros de financiamentos ou investimentos relacionados com o projeto eólico, (4) isenção do imposto de selo e (5) isenção de direitos e outras imposições aduaneiras nos bens de equipamento, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e semiacabados e outros materiais que sejam incorporados ou utilizados na implementação, operação e início das atividades industriais do parque eólico.

Findo o período de isenção, a Sociedade ficará abrangida pela Lei n.º 82/VIII/2015, de 7 de janeiro de 2015, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de sete anos após a sua ocorrência, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Usufruindo de isenção de 100% nos cinco (5) primeiros anos, o prejuízo fiscal do exercício de 2013 não gera impostos diferidos ativos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2013 a 2017 podem vir a ser corrigidos.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.9. Provisão para riscos e encargos

Referem-se a provisões constituídas para fazer face aos encargos com o desmantelamento dos parques eólicos. São calculadas com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras e são contabilizadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizados de forma linear durante a vida útil esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

1.10. Reconhecimento do réditio

O réditio decorrente das vendas de eletricidade é reconhecido no exercício em que a eletricidade é produzida e transferida para o cliente.

O réditio referente aos CERs é reconhecido no exercício em que estes são gerados, caso exista uma certeza razoável de que serão certificados, em Variação de produção por contrapartida de Inventários, mensurado ao justo valor correspondente ao preço de venda contratualizado. No exercício em que os CERs são efetivamente transferidos, o réditio é reconhecido em Vendas e o respetivo gasto em Variação de produção por contrapartida de Inventários.

1.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

1.12. Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa.

I Risco cambial

O risco cambial é quase nulo, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que foram efetuadas as operações com o estrangeiro, e (b) as restantes operações de valor significativo foram realizadas exclusivamente em Escudos.

II Risco da taxa de juro

Não se reconhece existir risco elevado de taxa de juro uma vez que os empréstimos vencem juros a taxas fixas, exceto uma das tranches do empréstimo concedido pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Não existem “swaps” de taxas de juro.

III Risco de crédito

Não se reconhece existir risco elevado de crédito dado existir uma caução/garantia assegurada pelo cliente e pelo Governo para ser utilizada em caso de atraso no pagamento das faturas.

IV Risco de liquidez

A Sociedade apresenta fundo de maneio negativo à data do balanço de cerca de mESC 50 000. Refira-se, contudo, que os valores correntes de financiamentos relativos aos investidores, no montante de mESC 262 046 (ver Nota 11), serão pagos de acordo com a capacidade financeira da Sociedade. Adicionalmente, espera-se que com a atividade normal, continue-se a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que o risco de liquidez é muito reduzido.

1.10. Créditos e débitos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação, sendo os respetivos saldos devedores e credores, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data.

As transações em moeda estrangeira em 2016 e 2017 foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

1.11. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.12. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os 3 meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

3. Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis sofreram variações nos seus componentes, de acordo com o quadro seguinte:

	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONST.	Em curso	EQUIPAMENTO BÁSICO Firme	Total	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIP. ADMINISTRAT.	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016							
Valor de aquisição	5 138	-	5 348 940	5 348 940	12 730	10 599	5 377 407
Depreciação acumulada	(779)	-	(1 035 637)	(1 035 637)	(5 184)	(7 055)	(1 048 655)
	4 359	-	4 313 302	4 313 302	7 547	3 544	4 328 752
VARIAÇÕES EM 2016							
Valor líquido inicial	4 359	-	4 313 302	4 313 302	7 547	3 544	4 328 752
Aquisições	84	-	-	-	-	533	617
Alienações - valor de aquisição	-	-	-	-	-	(425)	(425)
Alienações - depreciação acumulada	-	-	-	-	-	418	418
Correcções - depreciação acumulada	-	-	-	-	-	11	11
Depreciação do exercício	(388)	-	(265 359)	(265 359)	(1 591)	(1 603)	(268 941)
Valor líquido	4 055	-	4 047 943	4 047 943	5 955	2 479	4 060 433
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Valor de aquisição	5 222	-	5 348 940	5 348 940	12 730	10 707	5 377 599
Depreciação acumulada	(1 167)	-	(1 300 996)	(1 300 996)	(6 775)	(8 228)	(1 317 167)
Valor escriturado	4 055	-	4 047 943	4 047 943	5 955	2 479	4 060 432
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor líquido inicial	4 055	-	4 047 943	4 047 943	5 955	2 479	4 060 432
Aquisições	2 999	56 235	-	56 235	-	2 102	61 336
Abates - valor de aquisição	-	-	-	-	-	(31)	(31)
Abates - depreciação acumulada	-	-	-	-	-	31	31
Depreciação do exercício	(465)	-	(265 359)	(265 359)	(1 591)	(1 119)	(268 534)
Valor líquido	6 588	56 235	3 782 584	3 838 819	4 364	3 462	3 853 234
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição	8 220	56 235	5 348 940	5 405 175	12 730	12 778	5 438 903
Depreciação acumulada	(1 632)	-	(1 566 355)	(1 566 355)	(8 366)	(9 316)	(1 585 669)
Valor escriturado	6 588	56 235	3 782 584	3 838 819	4 364	3 462	3 853 234

As adições de edifícios e outras construções correspondem a espaços de armazenamento de resíduos (eco-points) construídos nos 4 parques eólicos.

As adições de equipamentos básicos correspondem a 30 equipamentos de monitorização de condições dos aerogeradores (CMS), ainda em curso de instalação. Este investimento aguarda a aprovação final dos financiadores.

As adições de equipamentos administrativos compreendem, essencialmente, aquisições de equipamentos informáticos no montante de mESC 810 (2016; mESC 438) e equipamentos comunicação no montante de mESC 574.

Os abates no exercício de 2017 e as alienações no exercício de 2016 referem-se a equipamentos informáticos totalmente depreciados.

Os parques eólicos e outros ativos fixos tangíveis com valor unitário superior a EUR 50 000 encontram-se dados em garantia de financiamentos (ver Nota 11).

4. Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis sofreram variações nos seus componentes, de acordo com o quadro seguinte:

	Desenvolvimento dos parques	Linhas de transmissão	Programas de computador			Total
			Em curso	Firme	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016						
Valor de aquisição	1 212 268	196 926	-	2 874	2 874	1 412 068
Depreciação acumulada	(235 980)	(38 117)	-	(2 102)	(2 102)	(276 199)
	976 288	158 809	-	772	772	1 135 869
VARIAÇÕES EM 2016						
Valor líquido inicial	976 288	158 809	-	772	772	1 135 869
Depreciação do exercício	(60 613)	(9 846)	-	(604)	(604)	(71 064)
Valor líquido	915 675	148 962	-	168	168	1 064 805
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Valor de aquisição	1 212 268	196 926	-	2 874	2 874	1 412 068
Depreciação acumulada	(296 593)	(47 964)	-	(2 706)	(2 706)	(347 263)
Valor escriturado	915 675	148 962	-	168	168	1 064 805
VARIAÇÕES EM 2017						
Valor líquido inicial	915 675	148 962	-	168	168	1 064 805
Adições	-	-	3 749	934	4 683	4 683
Depreciação do exercício	(60 613)	(9 846)	-	(324)	(324)	(70 783)
Valor líquido	855 061	139 116	3 749	778	4 527	998 705
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017						
Valor de aquisição	1 212 268	196 925	3 749	3 808	7 557	1 416 750
Depreciação acumulada	(357 207)	(57 810)	-	(3 030)	(3 030)	(418 046)
Valor escriturado	855 061	139 116	3 749	778	4 527	998 704

Os ativos intangíveis compreendem:

I Gastos com Desenvolvimento dos parques eólicos, debitados pelos promotores do projeto, acrescidos da capitalização de juros e outros gastos, como segue:

	mESC
InfraCo Africa Limited	981 187
Africa Finance Corporation	76 744
Finnfund	35 868
Capitalização de juros calculados sobre a dívida	23 628
Regularizações	(40 519)
Capitalização de outros gastos	135 360
	1 212 268

II Linhas de transmissão de energia, correspondentes ao custo de construção das redes de distribuição de energia produzida nos parques, as quais nos termos

do Power Purchase Agreement (ver Nota 1.2) foram transferidas para a Electra pelos respetivos custos de construção.

III Programas de computador, sendo as adições do exercício correspondentes a parametrizações adicionais, em curso, ao sistema informático SCADA.

5. Inventários

O saldo desta rubrica representa 50 000 créditos de carbono (CERs) gerados em 2017, mensurados ao preço de venda contratualizado de EUR 4 por unidade. Em 2016, o saldo representava igual quantidade de CERs gerados e ao mesmo valor.

6. Clientes

O saldo desta rubrica resulta da atividade comercial de fornecimento de eletricidade à Electra. Refere-se às faturas em dívida referentes aos meses de novembro e dezembro de 2017, deduzido do montante de mESC 28 713 referente a redução do “escalation” do preço base aplicável para o exercício de 2017 (ver Nota 14).

7. Diferimentos ativos

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, (i) pagamentos efetuados no exercício mas referentes ao exercício seguinte relativos a prémios de seguro de responsabilidade profissional, no montante de mESC 1 934 (2016: mESC 1 777) e aos honorários do consultor de seguros no montante de mESC 1 764 e (ii) mESC 42 709 (2016: mESC 48 041) referentes ao saldo líquido dos gastos de operação dos empréstimos do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (ver Nota 11), como segue:

	mESC
Valor de gastos de operação, pago em 2011	78 988
Custo amortizado em 2011	(4 284)
Custo amortizado em 2012	(5 336)
Custo amortizado em 2013	(5 332)
Custo amortizado em 2014	(5 332)
Custo amortizado em 2015	(5 332)
Custo amortizado em 2016	(5 332)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	48 041
Custo amortizado em 2017	(5 332)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42 709

Em 2016, o saldo incluía ainda pagamentos referentes à manutenção dos parques, no montante de mESC 4 045.

8. Caixa e Depósitos bancários

	mESC	
	2017	2016
Caixa	90	90
Depósitos à ordem - Nacionais		
Banco Comercial do Atlântico	20 498	54 444
Depósitos à ordem - Estrangeiros		
JP Morgan - offshore proceeds	268 555	266 144
JP Morgan - offshore debt reserve	276 006	276 006
	565 059	596 594
	565 149	596 684

A Sociedade é obrigada a manter a conta JP Morgan offshore debt reserve cativa e provisionada com um saldo equivalente à média de duas prestações consecutivas de capital e juros a pagar aos financiadores (ver Nota 11).

A diferença entre o saldo acima de mESC 565 149 e o saldo de mESC 289 143 conforme a Demonstração de fluxos de caixa, no valor de mESC 276 006, corresponde aos depósitos bancários cativos, conforme referido acima.

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de mESC 178 958 (2016: mESC 177 827), evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionam-se, essencialmente, com pagamentos do IVA no montante de mESC 174 352 (2016: mESC 171 956).

9. Capital Próprio

Os movimentos registados nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 encontra-se integralmente realizado no montante de mESC 3 468. A Sociedade incorreu em gastos com a emissão do aumento de capital no montante de mESC 75, os quais foram deduzidos no capital próprio. O Capital é detido pelas seguintes entidades:

	mESC	%
Edison Energy Asset Company	2 468	71,2
Electra, SARL	625	18,0
Estado de Cabo Verde	375	10,8
	3 468	100

O saldo da rubrica de prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio representa os montantes de “share equivalent loan” concedidos pelas seguintes entidades:

	mESC		
	“A” Share Equivalent Loan	“B” Share Equivalent Loan	Total
Edison Energy Asset Company	644	6 413	7 057
Finnfund	-	6 142	6 142
	644	12 555	13 199

O “share equivalent loan” não é remunerado, não tem prazo de reembolso, podendo ser parcial ou totalmente convertido em ações com o valor nominal de mESC 1 cada.

Em 4 de dezembro de 2017, foi concluída a transferência da totalidade das participações da Africa Finance Corporation (AFC) e da AFC Equity Investments Limited no capital da Cabeólica à Edison Energy Asset Company. O comprador é uma holding detentora de participações em empresas na área da produção de eletricidade em África e é detida em partes iguais pela AFC e pela Aldwych Holdings Limited. Com esta transferência, também os empréstimos concedidos pela AFC e pela AFC Equity Investments Limited passaram para o comprador.

Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquido até atingir pelo menos 20% do capital social, não sendo livre para distribuição. Só podem ser utilizadas (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, (iii) para incorporação no capital estatutário.

Outras reservas

Em Assembleia Geral de acionistas de 30 de março de 2017, foi deliberado a transferência para Outras reservas de 80% dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2016, no montante de mESC 116 082. Foi ainda deliberado a distribuição de dividendos no valor de mESC 28 448.

Assim, o saldo de Outras reservas de mESC 303 765 é resultante da aplicação dos resultados líquidos dos exercícios anteriores, encontrando-se disponíveis para distribuição, para aumento de capital ou para cobertura de prejuízo.

10. Provisão para riscos e encargos

Conforme se refere na Nota 1.9, o saldo diz respeito à provisão para fazer face aos encargos com o desmantelamento dos parques eólicos. À semelhança dos anos anteriores, a atualização financeira da provisão em 2017 atingiu o montante de mESC 1 680, registados em Juros e perdas similares suportados (ver Nota 19).

11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos decompõem-se como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Banco Europeu de Investimento (BEI)	205 575	1 967 315	2 172 890	190 749	2 172 890	2 363 640
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	104 850	990 593	1 095 443	95 460	1 095 443	1 190 903
	310 425	2 957 908	3 268 333	286 209	3 268 333	3 554 542
Partes relacionadas						
Edison Energy Asset Company - Capital inicial	54 196	745 397	799 592	167 344	799 593	966 937
Edison Energy Asset Company - Juros capitalizados(iii)	84 950	-	84 950	102 190	-	102 190
Finnfund - Capital inicial	54 056	609 636	663 692	97 164	663 691	760 856
Finnfund - Juros capitalizados	68 844	-	68 844	78 993	-	78 993
	262 046	1 355 032	1 617 079	445 691	1 463 284	1 908 975
	572 471	4 312 941	4 885 412	731 900	4 731 617	5 463 518

I Banco Europeu de Investimento (BEI) / Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

Os saldos destas rubricas representam a parcela remanescente dos empréstimos concedidos pelos dois bancos, em dezembro de 2010, até aos montantes de EUR 30 000 000 e EUR 15 000 000, respetivamente. Destinaram-se a financiar a construção dos parques eólicos e são reembolsáveis em 28 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 1 de julho de 2012. O financiamento do BEI vence juros à taxa anual de 4,027% acrescido de uma margem de 360 bps. O financiamento do BAD vence juros a uma taxa idêntica ao do BEI, tendo a média, em 2017, sido de 7,06% (2016: 7,01%).

Os empréstimos encontram-se garantidos por (i) hipoteca de primeiro grau dos parques eólicos, cujo saldo contabilístico à data do balanço ascende a mESC 3 838 819 (ver Nota 3) e de quaisquer outros ativos tangíveis que vierem a ser adquiridos com valor unitário superior a EUR 50 000 e (ii) penhor de primeiro grau dos saldos das contas bancárias da Sociedade. Adicionalmente, conforme se refere na Nota 8, a Sociedade mantém um depósito bancário equivalente às duas próximas prestações.

II Edison Energy Asset Company – Capital inicial

Corresponde ao capital em dívida resultante de depósitos, gastos de desenvolvimento e outros gastos suportados por conta da Cabeólica pelos investidores iniciais AFC e InfraCo Africa Limited durante os exercícios de 2010 e 2011. Em 2016, o saldo correspondia às dívidas para com a AFC e a AFC Equity Investments Limited, as quais foram transferidas em 4 de dezembro de 2017 para a Edison Energy Asset Company (ver Nota 9).

III Juros Capitalizados (Edison Energy Asset Company/ Finnfund)

Nos termos do “Investor Loan Agreement”, assinado entre as partes, os empréstimos identificados em (ii) e (iv), vencem juros trimestralmente à taxa fixa anual de 12%, alterável por acordo entre as partes. O reembolso do montante em dívida deverá ocorrer em cerca de 14 anos, na data de distribuição dos dividendos e dependendo da disponibilidade financeira da Cabeólica. A parcela prevista ser liquidada em 2018 foi contabilizada como corrente. Em 2017, os juros pagos e os juros vencidos ascenderam a mESC 181 182 e mESC 153 794, respetivamente. A posição credora da Edison Energy Asset Company foi-lhe transferida pela AFC e pela AFC Equity Investments Limited (ver Nota 9).

Em abril de 2013, nos termos de uma resolução assinada pelos 3 investidores que detinham os empréstimos, a taxa de juro anual de 12% referida acima foi reduzida para 9%.

IV Finnfund – Capital inicial

Corresponde ao capital em dívida resultante de depósitos efetuados pela Finnish Fund for Industrial Cooperation durante os exercícios de 2010 e 2011.

12. Estado e outros entes públicos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Imposto sobre o valor Acrescentado (IVA)	30 465	29 983
Imposto sobre Rendimentos - IRPC	11 159	5 623
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	988	1 121
Contribuições para a Segurança Social	1 160	1 053
	43 772	37 780

O saldo do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) compreende o imposto a entregar ao Estado referente ao mês de dezembro.

Conforme referido na Nota 1.8, a Sociedade beneficia de redução de 50% de imposto sobre rendimentos do 6º ao 10º ano de produção. O encargo do exercício de 2017, evidenciado na Demonstração dos resultados líquidos, foi calculado como segue (em mESC):

	mESC
Resultados antes de impostos	204 243
A adicionar	
Gastos com viaturas	846
Outros	80
	925
A deduzir	
Encargos com formação de trabalhadores	(319)
Mecenato de pessoas coletivas	(222)
	(542)
Matéria coletável	204 626
Taxa aplicável (50% de 25,5%)	12,75%
Tributação Autónoma	284
Encargo corrente do imposto sobre rendimento	26 374

O saldo de mESC 11 159 resulta da estimativa do imposto no montante de mESC 26 374 deduzido de pagamentos por conta já efetuados no montante de mESC 15 215.

O encargo referente ao exercício de 2016 correspondia, essencialmente, aos resultados antes de impostos apurados para o período de outubro a dezembro de 2016 (mESC 21 710), tendo em conta que o início da produção de eletricidade ocorreu em outubro de 2011, com redução de 50% da taxa do imposto em vigor de 25,5%.

13. Outras contas a pagar

O saldo decompõe-se como se segue:

	mESC	
	2017	2016
Credores por acréscimos de gastos		
Equipamento Monitorização (CMS) Vestas (ver Nota 3)	31 395	-
Gastos de manutenção dos parques Vestas (i)	27 210	-
Direito de Superfície - Estado de Cabo Verde (ii)	11 386	10 733
Incentive Payment - Vestas (iii)	6 730	7 269
Parametrização sistema SCADA - Vestas (ver Nota 4)	3 749	-
Férias a pagar no ano seguinte	3 600	2 962
Auditoria Financeira - PwC	1 462	1 407
Direito de Superfície - Câmara Municipal da Praia (ii)	1 006	1 006
Outros	255	298
	86 793	23 674
Consultores, assessores e intermediários		
Willis Towers Limited	1 764	-
Outros	1 391	680
	3 155	680
Credores diversos		
Vestas Portugal (i)	49 893	-
Valores a regularizar (iv)	37 214	42 366
Electra, SARL	2 205	2 205
Renda escritório	2 052	2 052
Silmac, S.A.	1 340	926
Outros	1 787	2 532
	94 491	50 082
Total outras contas a pagar	184 439	74 436

I Gastos de manutenção dos parques / Vestas Portugal

Corresponde aos valores devidos à Vestas Portugal, faturados e ainda por faturar, referentes aos serviços de manutenção dos parques eólicos durante o exercício de 2017, no âmbito do contrato de manutenção dos parques eólicos.

II Direito de superfície

Representam valores em dívida referentes a rendas relativas à constituição do direito de superfície, devidos à Câmara Municipal da Praia e ao Estado de Cabo Verde.

III Incentive Payment – Vestas

Corresponde ao bónus a pagar à Vestas Portugal, no âmbito do contrato de manutenção dos parques eólicos.

O montante de mESC 6 730 representa a estimativa relativa ao período compreendido entre julho de 2016 e dezembro de 2017.

IV Valores a regularizar

O saldo destina-se a fazer face a eventuais responsabilidades adicionais relativas a pagamentos efetuados aos investidores estrangeiros, resultantes do facto da Convenção de Estabelecimento acordada com o Estado de Cabo Verde não ter sido ainda formalmente aprovada (ver Nota 17).

14. Vendas e Variação nos inventários de produção

O saldo de Vendas compreende (i) a venda de créditos de carbono (CERs) gerados no exercício de 2016, certificados e transferidos em 2017 à Swedish Energy Agency, ao abrigo do contrato celebrado entre as partes (ver Notas 1.10 e 5) e (ii) o fornecimento de eletricidade à Electra, como segue:

	mESC	
	2017	2016
Vendas de Créditos de Carbono (CERs)	22 252	24 086
Vendas de Eletricidade		
Parque Eólico de Santiago	473 179	480 053
Parque Eólico de São Vicente	313 743	299 133
Parque Eólico de Sal	249 815	254 298
Parque Eólico de Boa Vista	123 990	122 652
	1 160 726	1 156 137
Total	1 182 978	1 180 223

O saldo de vendas de eletricidade contempla uma redução do escalation do preço base aplicável para o exercício de 2017 no montante de mESC 28 713, que, entretanto, aguarda o consentimento final dos financiadores (ver Nota 6).

O saldo nulo de Variação nos inventários de produção resulta da política contabilística adotada relativamente aos créditos de carbono (CERs), em que se verifica uma variação positiva com a produção, em 2016, desses CERs, mensurados por mESC 22 053 (ver Notas 1.4 e 5), e uma variação negativa, pelo mesmo montante, com a respetiva venda efetuada em 2017 (ver Nota 1.10).

15. Fornecimentos e serviços externos

O saldo decompõe-se como se segue:

	mESC	
	2017	2016
Serviço de manutenção dos parques eólicos	93 342	87 561
Rendas e alugueres (ver Nota 13)	27 476	25 750
Seguros	16 590	17 350
Vigilância e segurança	9 665	9 661
Trabalhos executados no exterior	6 373	7 282
Publicidade e propaganda	4 650	3 548
Deslocações e estadas	3 509	5 152
Serviços de informática	2 752	1 769
Serviços de auditoria e contabilidade	2 620	2 911
Estudos e pareceres	2 335	2 753
Comunicação	2 290	5 636
Despesas com serviços bancários	1 902	947
Outros	2 247	3 056
Total	175 751	173 376

O saldo da rubrica Serviço de manutenção dos parques eólicos resulta do contrato de manutenção celebrado com a Vestas Portugal – Serviços de Tecnologia Eólica, Lda.

16. Gastos com o pessoal

	mESC	
	2107	2016
Ordenados e salários	30 680	35 557
Encargos sobre remunerações	4 873	4 591
Formação	639	2 346
outros gastos com o pessoal	218	203
	42 409	42 698
Numero médio de empregados	10	10
Numero de empregados no final do ano	10	10

17. Outros rendimentos e ganhos

Corresponde a anulação de eventuais responsabilidades adicionais relativas a pagamentos efetuados aos investidores estrangeiros em 2012 (ver Notas 13 (iv) e 17).

18. Outros gastos e perdas

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC4 264 (2016: mESC 4 854) de bónus atribuído à Vestas Portugal – Serviços de Tecnologia Eólica, Lda em resultado do contrato de manutenção dos parques eólicos, encontrando-se por liquidar mESC 6 730 (2016: mESC 7 269) (ver Nota 13 (iii)).

19. Juros e perdas similares suportados

Decompõem-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Juro de Empréstimos Bancários (ver Nota 11)	259 501	278 444
Juros de Empréstimos de partes relacionadas (ver Nota 11)	153 794	181 182
Comissões de Empréstimos Bancários (ver Nota 7)	5 332	5 332
Outros	1 785	4 088
	420 412	469 046

20. Outras informações sobre aplicação de regime de acréscimo

Os principais acréscimos e diferimentos resumem-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Diferimentos de gastos		
Gastos de operações de empréstimos (ver Nota 7)	42 709	48 041
Prémios de seguros (ver Nota 7)	3 785	1 777
Gastos de manutenção dos parques (ver Nota 7)	-	4 045
Outros	-	223
Total	46 494	54 086
Acréscimos de gastos		
Equipamento Monitorização - CMS (ver Nota 13)	31 395	-
Gastos de manutenção dos parques (ver Nota 13)	27 210	-
Encargos com desmantelamento (ver Nota 10)	23 577	21 897
Direitos de superfície (ver Nota 13)	12 392	11 739
Incentive Payment - Vestas (ver Nota 13)	6 730	7 269
Parametrização sistema SCADA (ver Nota 13)	3 749	-
Férias e encargos a pagar (ver Nota 13)	3 600	2 962
Especialização de gastos com auditoria e outros	1 717	1 705
Total	110 370	45 570

21. Resultado básico por ação

É calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue:

	mESC	
	2107	2016
Resultado básico atribuível aos accionistas	1 77 869	144 530
Numero de ações	3 468	3 468
Resultado por ação básico	51	42

22. Garantias

As garantias prestadas pela Sociedade relacionadas com os financiamentos bancários obtidos (ver Nota 11.) referem-se (i) à hipoteca dos parques eólicos, (ii) penhor das contas bancárias e (iii) ao depósito de garantia efetuado na conta "Debt reserve account".

Adicionalmente, em 2015 a Sociedade foi notificada pela Câmara Municipal do Sal para pagamento de Imposto Sobre Património referente ao terreno onde se encontra instalado o parque eólico do Sal. A notificação não foi aceite pela Sociedade, tendo, entretanto, procedido à impugnação desta junto do tribunal fiscal e aduaneiro e prestada uma garantia bancária no montante de mESC 17 958 para efeito de suspensão da execução fiscal.

23. Partes Relacionadas

Os saldos e transações em 2017 e 2016 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se como segue:

	2017						2016																	
	Saldos			Transacções			Saldos			Transacções														
Financiamentos obtidos (ver Nota 11)	Outras contas a pagar (ver Nota 13)	Instrumentos de capital (ver Nota 9)	Clientes (ver Nota 6)	Vendas (ver Nota 14)	Juros suportados (ver Nota 19)	Outros rend. e ganhos	Fornec. Serv. Externos	Financiamentos obtidos (ver Nota 11)	Outras contas a pagar (ver Nota 13)	Instrumentos de capital (ver Nota 9)	Clientes (ver Nota 6)	Vendas (ver Nota 14)	Juros suportados (ver Nota 19)	Outros rend. e ganhos	Fornec. Serv. Externos									
Edison Energy Asset Company	884 543	-	7 057	-	-	-	-	884 543	-	-	-	-	-	-	-	-								
Finnfund	732 536	-	6 142	-	-	-	-	68 844	-	-	-	-	-	-	-	-								
Electra, SARL	-	2 205	-	156 855	1 160 726	-	-	-	-	-	-	-	-	298	-	843								
Estado de Cabo Verde	-	11 386	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 840								
	<u>1 617 079</u>	<u>13 592</u>	<u>13 199</u>	<u>156 855</u>	<u>1 160 726</u>	<u>153 794</u>	<u>-</u>	<u>23 606</u>																
	2016																							
	Financiamentos obtidos			Outras contas a pagar			Instrumentos de capital			Clientes			Vendas			Juros suportados			Outros rend. e ganhos			Fornec. Serv. Externos		
Africa Finance Corporation	841 252	88	7 057	-	-	79 953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Finnfund	839 848	-	6 142	-	-	78 993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
AFC Equity Investments Ltd	227 875	-	-	-	-	22 236	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Electra, SARL	-	2 205	-	155 441	1 156 137	-	-	298	-	-	-	-	-	298	-	843								
Estado de Cabo Verde	-	10 733	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 840								
	<u>1 908 975</u>	<u>13 026</u>	<u>13 199</u>	<u>155 441</u>	<u>1 156 137</u>	<u>181 182</u>	<u>298</u>	<u>21 683</u>																

Adicionalmente, as remunerações atribuídas a membros do Conselho de Administração ascenderam a mESC1 751(2016: mESC1654).

24. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

A Sociedade celebrou, em outubro de 2010, com a Vestas Portugal Serviços de Tecnologia Eólica, Lda um “Service and Availability Agreement” referente à manutenção das turbinas eólicas durante um período de 5 anos com opção para mais 7 anos, tendo a opção sido exercida pela Cabeólica em 2016.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

26. Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou mais qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

3. Relatórios do Auditor e do Fiscal Único



Relatório do Auditor Independente



Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabeólica, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cabeólica, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. - sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Direito, Avenida Cidade de Lisboa, Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o n.º 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Praça Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º 1050 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161425

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Cabeólica, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. - sucursal em Cabo Verde
 Edifício BAI Center, Piso 2 Direito, Avenida Cidade de Lisboa, Cidade da Praia, República de Cabo Verde
 Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
 Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a uma entidade que não é membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, cuja única atividade é uma atividade legal autónoma e independente
 Sede: Pólis Sofia Mayer, Rua Sousa Martins, n.º 1 - 3.º, 1065-316 Lisboa, Portugal Capital Social Euro 314 000
 inscrita na lista dos S.R.O.C. sob o nº 183 e na C.M.V.M. sob o nº 20161485

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia

